

Relatório de Gestão



Área: PROAD
Exercício: 2021

SUMÁRIO

1.	Conteúdo do RG comum a todas as áreas da UFABC	3
1.1	PDI, Planejamento e Resultados Estratégicos	3
2.	Conteúdo do RG específico por área	6
2.1	Implantação do SIG e Processo Eletrônico	6
2.2	Sustentabilidade.....	6
2.3	Planejamento da Gestão.....	7
2.4	Gestão de Licitações e Contratos - Repositório de Dados UFABC.....	9
2.5	Cronograma de Pagamentos de Obrigações	12
2.6	Execução das Despesas.....	12
2.7	Créditos de Movimentação.....	30
2.8	Transferência de Recursos	33
2.10.	Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	36
2.11.	Suprimento de Fundos.....	38
2.12.	Utilização de Suprimento de Fundos	40
2.13.	Patrimônio.....	43
2.14.	Gestão de Custos	43
2.15.	Conformidade Contábil	44
2.16.	Desempenho Financeiro	45
2.17.	Demonstrações Contábeis.....	46
2.18.	Declaração do Contador	46
2.19.	Geral	47

1. Conteúdo do RG comum a todas as áreas da UFABC

1.1 PDI, Planejamento e Resultados Estratégicos

Considerando o **PDI 2013-2022**, tendo como base os Temas Geradores do Planejamento Estratégico para o período 2018-2022 e a Agenda Prioritária 2021 – 2022 (aqui) quais foram os principais **resultados estratégicos** alcançados por sua área em 2021? Desde 2020 passamos por um período atípico, devido à pandemia de Covid-19, portanto os resultados - e as respostas a este roteiro de questões - estarão permeados pelos efeitos da pandemia e da necessária suspensão das atividades didáticas e administrativas presenciais.

Considere os seguintes aspectos:

- Quais os principais **resultados institucionais** alcançados por sua área no ano de 2021?
- Descrever os principais **processos** de trabalho e **produtos** que contribuem para o alcance dos resultados e para a geração de **valor público**;
- Descrever e sistematizar os **impactos** a partir dos resultados alcançados;
- Descrever e sistematizar os **riscos** enfrentados, e como foram mitigados;
- Apresentar os principais **desafios** e as possíveis **ações futuras**;
- Quais foram as ações tomadas em relação à pandemia de Covid-19 e à suspensão das atividades presenciais para que as atividades acadêmicas e/ ou administrativas pudessem ser realizadas pela sua área?
- Qual foi o impacto da pandemia sobre o planejamento e os resultados de sua área em 2021?
- Acrescentar, sempre que possível, gráficos, tabelas e/ou infográficos que embasem as informações.

Observação:

Este item deve ser respondido com um texto, de até três páginas, que deve considerar os aspectos acima abordados. Ressaltamos a importância do alinhamento da resposta ao PDI, e aos Temas Geradores do Planejamento Estratégico 2018-2022, o que reforça a necessidade da leitura dos documentos correspondentes.

Por conta da pandemia de Covid-19 houve a manutenção da suspensão das atividades presenciais e foi preciso identificar formas distintas de realizar as rotinas em formato de trabalho remoto. Por essa razão, em continuidade às ações para haver uma gestão mais sustentável e menos burocrática, avançou-se com as discussões do projeto do Processo Eletrônico, gerando maior agilidade e transparência na tramitação dos processos e documentos.

Assim, em atendimento ao Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015, e Acórdão nº 389/2020-TCU-Plenário, de 04 de março de 2020, em 15 de março de 2021 foi homologado o uso do meio eletrônico para a instrução e tramitação dos processos administrativos de aquisições/contratações (nacionais e internacionais) no âmbito dos

órgãos e entidades da administração pública federal. Juntamente com esse processo, também foram implantados os fluxos de processos correlatos, tais como acompanhamento/fiscalização de contratos, pagamentos e notificações.

Essa ação contribuiu para reduzir o uso de papel e o tempo de tramitação desses processos na Universidade, economizar espaço físico, diminuir os riscos relacionados a dano e extravio de documentos e processos, contribuir para a transparência e a desburocratização a partir da consulta pública dos processos e documentos, entre outras melhorias relacionadas à migração para o meio eletrônico.

Com foco na sustentabilidade e desburocratização, a Pró-Reitoria de Administração (ProAd) prosseguiu com a revisão dos modelos de Termos de Referência, Contratos e Editais e dos fluxos das contratações públicas, objetivando maior utilização de meios digitais através de ferramenta disponível no Portal de Compras Governamentais e contribuindo, desta forma, para a redução dos prazos de conclusão das compras, além de garantir maior transparência e interação da UFABC com a sociedade.

Em janeiro de 2021 a ProAd passou a utilizar a ferramenta Comprasnet Contratos (atual Compras Contratos) para automatização dos processos de gestão contratual, contribuindo com a transparência e no relacionamento com os fornecedores. Essa mudança exigiu adequações no fluxo de formalização dos instrumentos contratuais e de emissão das notas de empenho.

Em atendimento à Instrução Normativa nº 01, de 10 de janeiro de 2019, no exercício de 2021 foi executado o segundo Plano Anual de Contratações (PAC) da UFABC, contribuindo para deixar o processo de compras/contratações mais completo e transparente, o que possibilita uma gestão mais sustentável e maior interação com a sociedade. Por ser o segundo ano de execução, em meio a uma pandemia, e com atualizações no sistema por parte do Ministério da Economia ao longo do ano, foi demandado grande esforço por parte dos servidores e setores envolvidos no processo de execução orçamentária, exigindo ajustes ao longo do ano, em especial pela grande variação entre os recursos orçamentários demandados na versão inicial do Plano e o aprovado na Lei Orçamentária Anual.

Ainda, ao longo de 2021, foram publicadas atualizações da legislação voltada para as contratações públicas, com destaque para a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que apresenta a Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) e substitui a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e a Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011. Com isso, diversas normativas foram publicadas atualizando os procedimentos e fluxos, exigindo grande esforço da Universidade para manter documentos, modelos e equipe atualizados para atender todo esse arcabouço legal.

Apesar de ter sido publicada em 1º de abril de 2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos prevê prazo de dois anos para revogação das normas anteriores, o que possibilita o convívio desta com as demais leis supramencionadas, mostrando-se um grande desafio para a equipe que atua nessa área, sendo necessário readequar fluxos e modelos de documentos utilizados pela UFABC.

Considerando que a Nova Lei de Licitações e Contratos ainda depende da publicação de atos normativos para sua regulamentação, a UFABC optou pela manutenção da aplicação dos regimes vigentes na Lei nº 8.666/93. Os estágios da regulamentação podem ser consultados no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc>).

Durante o exercício de 2021, a Divisão de Arquivo e Protocolo (DAEP) priorizou a manutenção das atividades de protocolo por meio eletrônico, atendendo as necessidades de gestão documental institucional através dos serviços de e-mail, central de chamados (tíquetes eletrônicos) e realizando encontros virtuais com as áreas da Universidade quando necessário.

Houve priorização na expansão da migração de novos processos para o meio eletrônico e do tratamento da natureza dos documentos já emitidos no sistema SIG-SIPAC, objetivando atender as determinações legais dos órgãos superiores da Administração Pública Federal e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Objetivando atingir a totalidade dos processos administrativos institucionais, e a liberação completa do portal público do SIG-SIPAC de forma a permitir que qualquer cidadão tenha acesso à documentação de natureza ostensiva gerada pela UFABC, a DAEP intensificou as orientações e apoio às áreas internas e servidores da Universidade.

A Coordenação de Gestão Financeira e Contábil (CGFC) atuou ativamente no acompanhamento dos projetos que utilizaram Cartão Pesquisador, orientando a comunidade e intermediando a comunicação com o Banco do Brasil para esclarecimento de dúvidas e adequações de documentos, de forma a viabilizar condições, internas e externas, para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao longo de 2021 a ProAd retomou a elaboração de seu Regimento Interno, bem como atuou como Unidade de Gestão da Integridade, acompanhando as reuniões e ações da Controladoria-Geral da União e da Rede TransformaGov. A equipe da ProAd ainda se dedicou a auxiliar e orientar toda comunidade para correta gestão documental, financeira, contábil, patrimonial e de compras/contratações.

2. Conteúdo do RG específico por área

2.1 Implantação do SIG e Processo Eletrônico

2.1.1 Qual a situação da implantação do módulo de Contratos do SIG? Houve avanços em sua utilização? Quais as perspectivas para 2022?

O módulo de Contratos do SIG foi parcialmente homologado pela Divisão de Contratos que, desde o início de 2018, vem alimentando a base de dados, ou seja, todos os contratos formalizados pela UFABC nos anos de 2018 a 2021 já estão cadastrados no SIG. Vale ressaltar que os contratos de anos anteriores estão sendo cadastrados no sistema na medida em que são encaminhados para a Divisão de Contratos para adoção de alguma providência, como prorrogações, repactuações, entre outras.

Importante destacar que o módulo de Contratos foi homologado parcialmente porque as demais áreas da UFABC, que possuem relação estreita com os processos e fluxos da Divisão de Contratos, ainda não homologaram seus respectivos módulos, impedindo a vinculação das diversas etapas inerentes a um processo de contratação. Quando da finalização do processo de sua implantação pelas áreas, entende-se que será possível homologar todo o fluxo e, conseqüentemente, os módulos em sua totalidade.

2.1.2 Há previsão para implantação de outros módulos? Quais?

Em 2021 foi ampliada a utilização do módulo de processo eletrônico, com a migração dos processos de aquisições/contratações, pagamentos de notas fiscais e acompanhamento/fiscalização dos contratos para esse novo formato, Referida ação trará maior transparência e celeridade para as contratações públicas e atende às demandas dos órgãos de controle e da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital.

Para o próximo exercício, o objetivo é atingir a totalidade dos processos administrativos institucionais no formato eletrônico com a liberação completa do portal público do SIG-SIPAC, possibilitando que qualquer cidadão tenha acesso aos documentos de natureza ostensiva gerados pela Universidade.

2.2 Sustentabilidade

2.2.1 Em relação ao tema Sustentabilidade, quais as principais ações da PROAD em 2021?

A ProAd acompanha e participa, como convidada, das reuniões e ações da Rede SustentAção SP, que tem por objetivo discutir e compartilhar boas práticas, projetos e iniciativas voltadas à sustentabilidade nos órgãos públicos no estado de São Paulo.

Em 2021 a ProAd propôs, organizou e participou da mesa de discussões “Construção de parcerias em prol da sustentabilidade: a Rede SustentAção SP”, realizada no III Congresso UFABC, onde foi apresentada a Rede e discutida a importância de incorporar práticas sustentáveis no dia a dia das instituições públicas.

Durante o evento foi formalizado o interesse da UFABC em integrar oficialmente a Rede Sustentação SP, aguardando-se apenas a revisão dos instrumentos legais para formalização da parceria.

2.2.2 Ainda em relação à Sustentabilidade, houve avanço no tema “licitações sustentáveis”? Descreva os eventos e atividades que possam ter ocorrido ao longo do exercício, e apresente dados sobre o volume de “licitações sustentáveis” na UFABC, se disponíveis.

Em relação às licitações sustentáveis, no fluxo dos processos de aquisições/contratações, as diversas áreas técnicas da Universidade são orientadas a inserirem em seus processos, produtos e serviços com critérios e práticas de sustentabilidade. Destaca-se, contudo, que nem sempre a questão da sustentabilidade é definida na especificação do bem que se pretende contratar, podendo ser registrada na forma de produção e/ou descarte dos produtos envolvidos na fabricação, execução e fiscalização dos contratos.

Como exemplo, há as contratações de serviços gráficos, onde além de prever a possibilidade de impressão em papel reciclado, também consta a obrigatoriedade de a empresa contratada apresentar declaração de que faz o descarte ou reutilização das aparas de papel, assim como da tinta e/ou *toner*. Essas exigências estão em consonância com o disposto na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e foram incorporadas de forma a minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como reduzir os impactos causados à saúde e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

Outro exemplo de aquisição de materiais sustentáveis é a compra de papel toalha e papel higiênico em unidade de medida de fardos, visando à economicidade, praticidade e armazenagem dos materiais de forma mais sustentável.

Os modelos de Termo de Referência, Contratos e Editais são constantemente atualizados conforme arquivos disponibilizados pela Advocacia Geral da União (AGU), que contam com a indicação de que nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. Nos modelos atualizados constam orientações para que sejam observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e nº 02, de 4 de junho de 2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

2.3 Planejamento da Gestão

Considerando o Planejamento da Gestão 2021 / 2022, Comente sobre os resultados obtidos para as seguintes ações previstas no planejamento:

2.3.1 Aperfeiçoamento da governança e gestão das contratações: realizar encontros com os Dirigentes, Agentes de Planejamento e Divisões Administrativas dos diversos setores da UFABC, de forma a capacitá-los com relação ao Planejamento Anual de Contratações e acompanhar pontual e efetivamente o seu cumprimento;

A exemplo do que foi realizado em 2014, a ProAd pretende ampliar e

aprofundar o debate sobre aspectos da administração, fluxos, legislação e rotinas de atividades de gestão que impactam direta ou indiretamente na vida acadêmica da UFABC, com a realização do II Ciclo de Debates da Administração. A proposta é que cada encontro traga, além do painel, uma proposta de debates sobre as matérias em análise aberta a sugestões e discussões da comunidade acadêmica.

Inicialmente a ProAd tinha interesse em realizar as apresentações no primeiro semestre de 2021, visto que os processos já seriam encaminhados seguindo as orientações mais atualizadas e não prejudicaria as atividades das áreas com o aumento exponencial de demanda que há no segundo semestre. Contudo, a ProAd resolveu ampliar o evento, promovendo a participação de outras áreas, tendo sido convidadas: Assessoria de Cooperações Institucionais e Convênios, Auditoria Interna, Comissão de Ética, Corregedoria, Núcleo de Tecnologia da Informação, Ouvidoria, Prefeitura Universitária e Superintendência de Gestão de Pessoas.

Em razão disso, aliado à grande demanda de processos nas Coordenações e Divisões da ProAd no segundo semestre, a discussão e realização do II Ciclo de Debates foi postergada para o primeiro semestre de 2022. Mesmo que a ação tenha sido postergada, a ProAd manteve, ao longo de 2021, um canal aberto com as áreas técnicas, promovendo reuniões e orientando Dirigentes e as equipes para a correta instrução e encaminhamento dos processos e documentos.

Especificamente em relação ao Planejamento Anual de Contratações, em razão da suspensão das atividades presenciais durante o exercício de 2021, o acompanhamento e esclarecimentos das dúvidas das áreas técnicas foram realizados através de mensagem eletrônica e reuniões pontuais.

2.3.2 Gestão Baseada em Riscos: mapear os procedimentos das Coordenações e Divisões da PROAD para adoção do modelo de Gestão Baseada em Riscos, auxiliando as demais áreas da Universidade em sua implantação;

Ao longo de 2021 a ProAd trabalhou no mapeamento dos procedimentos das Coordenações e Divisões para implementação da Gestão Baseada em Riscos. Por ser uma ação ampla, ainda não foi concluída e segue em desenvolvimento ao longo de 2022.

2.3.3 Ampliar a divulgação da Política de Integridade e intensificar as ações de integridade na gestão: realizar encontros e ações nas redes sociais e canais de comunicação da universidade (integradas ao calendário de eventos do Aniversário da UFABC) para divulgar o Plano de Integridade da Universidade e tornar essa temática mais próxima de toda a comunidade;

Durante o ano de 2021 a ProAd atuou como Unidade de Gestão da Integridade, representando a UFABC nas reuniões promovidas pela Controladoria-Geral da União e intermediou as ações de comunicação do Projeto “Integridade Somos Todos Nós”. A Política de Integridade da UFABC, bem como os materiais de comunicação do projeto, com temas distintos a cada mês, foram divulgados nos canais oficiais da UFABC nas redes sociais.

Objetivando ampliar a discussão sobre Integridade, Governança e Gestão de Riscos, a ProAd participou e mediu, durante o III Congresso UFABC, a mesa de discussão “Governança, gestão, riscos e controles: obrigação ou valor institucional”,

proposta apresentada e organizada pelo Fórum das Instâncias de Controle e Monitoramento da UFABC.

2.3.4 Gestão eficiente dos excedentes de pesquisa: auxiliar na definição e implantação de um modelo sustentável de gestão dos excedentes de pesquisa, em parceria com Inova, ProPes e ACIC;

Com a publicação da Portaria Conjunta nº 155, de 7 de outubro de 2021, o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação e o Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, autorizaram, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo (FAP-UNIFESP) a atuar como fundação de apoio à UFABC.

Considerando a experiência da FAP-UNIFESP em projetos desta natureza, em dezembro de 2021 a Reitoria convocou uma reunião entre a FAP-UNIFESP e áreas estratégicas da UFABC, para iniciar esse diálogo e avançar na implantação de um modelo sustentável de gestão dos excedentes de pesquisa. Ainda em dezembro de 2021, foi realizada uma segunda reunião, de caráter mais técnico, e continua o avanço na discussão e implantação desse modelo.

2.3.5 Implantação e ampliação do processo eletrônico: implantar o processo eletrônico para compras, contratações, fiscalização, pagamentos e notificações, bem como difundir e ampliar sua utilização para outros fluxos e processos da Universidade

A migração para o modelo eletrônico do processo de aquisição/contratação e correlacionados foi concluída com sucesso em março de 2021, portanto todos os fluxos destes temas estão sendo instruídos de forma eletrônica pelos seus demandantes e/ou áreas responsáveis através do SIG-SIPAC, otimizando os prazos e recursos envolvidos.

2.4 Gestão de Licitações e Contratos - Repositório de Dados UFABC

Considerando que a UFABC vem implantando um repositório de dados institucionais, ao qual a sua área é responsável pela alimentação de dados sobre gestão de licitações e contratos para a elaboração do RG 2021 serão utilizadas as seguintes tabelas:

- proad01;
- proad02.

É importante que o repositório de dados institucionais esteja devidamente alimentado quando do encaminhamento das respostas deste manual.

Em caso de dúvida sobre o repositório de dados institucionais, entrar em contato com o servidor responsável pelo tema na área (**ponto focal**).

Assim, com base nos dados disponibilizados nas respectivas tabelas, responda aos seguintes questionamentos:

2.4.1 Qual análise se faz das informações inseridas na tabela “proad01”: “Quantidade e valor de contratações, por ano, por modalidade e em R\$”? Apresente considerações que julgar necessárias a respeito dos processos licitatórios, quantitativo de licitações nas modalidades existentes, riscos e desafios enfrentados e dinâmica entre a PROAD e áreas demandantes.

Abaixo a Tabela x1, contendo as aquisições/contratações realizadas no ano de 2021:

TABELA x1 - proad01

Modalidade	2021	
	Quantidade	Valor homologado
Pregão Eletrônico	78	R\$ 19.748.954,64
RDC	1	R\$ 437.681,56
Concorrência	0	R\$ -00
Dispensa de Licitação	36	R\$ 4.677.036,82
Inexigibilidade de Licitação	61	R\$ 507.742,48
Chamamento Público	1	R\$ -00

Fonte: ProAd/CGCCP – http://dados.ufabc.edu.br/images/ufabc/proad/numeros_proad/proad01.ods

Conforme se verifica da análise da Tabela x1, no ano de 2021 foram realizadas 177 (cento e setenta e sete) licitações, sendo 80 (oitenta) para aquisição e contratações de obras, bens e serviços comuns e 97 (noventa e sete) contratações diretas.

Observa-se que as licitações para aquisição e contratações de obras, bens e serviços comuns, juntamente com as contratações diretas, somaram um montante de R\$ 25.371.415,50 (vinte e cinco milhões, trezentos e setenta e um mil, quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos).

As licitações representam, juntas, 79,56% do volume de recursos contratados no ano de 2021. Já as contratações diretas correspondem a 20,44%. A ProAd entende que essa representação está coerente, visto que as contratações públicas devem, em regra, ser precedidas de licitação, sendo as contratações diretas as exceções.

Essa representatividade também é justificada pelo fato de as licitações apresentarem objetos mais expressivos e, conseqüentemente, maiores valores contratados. Já as contratações diretas têm, em grande parte, menor valor, objetos mais específicos, fornecedores/prestadores de serviços exclusivos ou de natureza singular, tais como participação em eventos de capacitação para atualização dos servidores.

Comparando-se com os dados de 2020, verifica-se uma redução de 20,93% no volume contratado por licitações e uma redução de 4,87% nas contratações diretas. Importante informar que um volume significativo das contratações diretas por Dispensa de Licitação foi destinado à pesquisa, sendo as mesmas fundamentadas no inciso XXI do Art. 24, da Lei nº 8.666/1993.

No ano de 2021 houve um volume considerável das aquisições/contratações acumulado no segundo semestre, gerando sobrecarga de trabalho na equipe da ProAd que atende todas as áreas técnicas. Esse fato tem se mostrado um grande desafio para a gestão, e buscando minimizar esse risco, no próximo exercício está prevista uma atuação mais ativa junto aos demandantes e promover encontros/reuniões com as áreas técnicas para capacitação e conscientização dos servidores sobre o correto e adequado encaminhamento dos processos de aquisições e contratações.

2.4.2 Qual análise se faz das informações inseridas na tabela “proad02”: “Quantidade e valor de atividade em contratos, por ano, por tipo de contrato, em unidades e em R\$”? Apresente considerações que julgar necessárias a respeito da gestão de contratos, riscos e desafios enfrentados e dinâmica entre a PROAD e áreas demandantes.

As informações inseridas na tabela “proad02”, e que podem ser visualizadas na Tabela x2, mostram que a maioria das contratações efetuadas pela Universidade são formalizadas por meio de Ata SRP, dada a flexibilidade que esse instrumento contratual oferece.

Foram formalizados 45 (quarenta e cinco) aditivos, registrando uma queda de 18,18% na comparação com o exercício 2020, mas ainda permanecendo elevado, superando os 42 (quarenta e dois) contratos formalizados no exercício.

Esse número relativamente elevado de Termos Aditivos formalizados se dá, majoritariamente, em função da natureza dos contratos celebrados para atender as necessidades da Superintendência de Obras e Assessoria de Cooperações Institucionais e Convênios. Essas áreas trabalham com contratos por escopo e, enquanto não se atinge o escopo, a formalização de Termos Aditivos se faz necessária.

Têm-se, ainda, os Termos Aditivos celebrados para prorrogar a vigência de contratos continuados nos quais as contratadas apresentam desempenho satisfatório e a legislação permite a prorrogação.

O número elevado de formalização de Termos de Apostilamentos não traz nenhuma surpresa, pois esse documento é utilizado para aplicar condições que o contrato já prevê, como por exemplo, concessão de reajuste em contrato de obra, repactuação em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, etc.

TABELA x2 - proad02

Atividade	2021	
	Quantidade	Valor homologado
Análises de processos novos	137	NA
Atas Assinadas	79	R\$ 10.078.559,44
Contratos Assinados	42	R\$ 15.848.281,53
Contratos de Adesão Assinados	1	NA
Apostilamentos de Nota de Empenho Formalizados	41	R\$ 6.110.794,49
Aditivos Contratuais Publicados	45	R\$ 20.201.729,18
Notificações encaminhadas	35	NA
Penalizações (Advertências / Multas / Suspensões)	7	R\$ 66,62
Rescisões Contratuais	4	NA

Fonte: ProAd/CGCCP – http://dados.ufabc.edu.br/images/ufabc/proad/numeros_proad/proad02.ods

2.4.3 Quais foram as medidas adotadas pela UFABC para revisão dos contratos

vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012? Ao responder esta questão atente para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.

A partir de 2015 a UFABC passou a questionar, durante a licitação, mais precisamente no momento de análise das propostas, se as licitantes são ou não beneficiárias da lei de desoneração da folha de pagamento, quando é solicitada a Planilha de Custos e Formação de Preços já adaptada ao referido benefício. Sendo assim, não houve a necessidade da adoção de qualquer medida para ressarcir valores à UFABC, pois os contratos foram celebrados observando-se a lei de desoneração.

2.5 Cronograma de Pagamentos de Obrigações

2.5.1 Informe se a UFABC elabora e segue o cronograma de pagamentos de obrigações em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993, observando os seguintes pontos:

a) A conformidade tem por finalidade demonstrar que a UFABC observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

b) A unidade deve demonstrar os controles instituídos para garantir o cumprimento do cronograma determinado pela Lei.

c) Se a UPC não observa o cronograma de pagamento, deve apresentar as explicações e justificativas para tal.

A UFABC atende à legislação de contratações públicas, em especial as que tratam de questões orçamentária, financeira e contábil.

No ano de 2021, a liberação de recursos financeiros por parte da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério da Educação foi realizada mensalmente, e durante alguns meses semanalmente, e contemplava praticamente todas as notas fiscais apropriadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Com os recursos sendo enviados quase na totalidade, os pagamentos foram realizados dentro das datas previstas, tanto na legislação quanto nos editais, ocorrendo algumas exceções que tiveram seus problemas analisados e sanados o mais breve possível para evitar o atraso nos pagamentos e a cobrança de juros.

Após a liberação dos recursos financeiros, o SIAFI e os controles em planilhas são utilizados para o levantamento das despesas e identificação das prioridades de pagamento, sendo contempladas, prioritariamente, a assistência aos estudantes bolsistas e de baixa renda, seguido pelo pagamento das notas fiscais com valores inferiores a R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), os contratos continuados (serviços essenciais para a continuidade do funcionamento da Universidade) e demais despesas.

2.6 Execução das Despesas

Créditos Originários

2.6.1 Preencha o quadro 1 considerando a soma de recursos da UFABC e por modalidade de contratação, dividindo-as em grupos totalizadores nos exercícios de 2021 e 2020.

Quadro 1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: Fundação Universidade Federal do ABC		Código UO: 26352		UGO: 154503
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2021	2020	2021	2020
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	11.879.262,11	7.087.052,36	11.879.262,11	6.955.489,71
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	11.794.584,82	6.978.088,82	11.794.584,82	6.846.526,17
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	84.677,29	108.963,54	84.677,29	108.963,54
2. Contratações Diretas (h+i)	2.905.152,01	1.813.932,59	2.905.152,01	1.813.932,59
h) Dispensa	2.417.155,85	1.577.924,61	2.417.155,85	1.577.924,61
i) Inexigibilidade	487.996,16	236.007,98	487.996,16	236.007,98
3. Regime de Execução Especial	-	328,69	-	328,69
j) Suprimento de Fundos	-	328,69	-	328,69
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	262.564.217,23	270.242.509,08	262.564.217,23	253.954.307,57
k) Pagamento em Folha	262.558.476,18	270.234.488,00	262.558.476,18	253.946.286,49
l) Diárias	5.741,05	8.021,08	5.741,05	8.021,08
5. Outros	11.085.887,41	12.896.415,97	11.085.887,41	12.896.115,97
6. Total (1+2+3+4+5)	288.434.518,76	292.040.238,69	288.434.518,76	275.620.174,53

Fonte: ProAd/CGFC

2.6.3. De maneira geral, de que forma a UFABC executa suas despesas com relação às modalidades de contratação?

Principais Ações realizadas pelas Divisões da Coordenação de Gestão de Compras, Contratos e Patrimônio (CGCCP) em 2021

Divisão de Aquisições e Contratações (DAC)

A Pró-Reitoria de Administração, por meio da **Divisão de Aquisições e Contratações (DAC)**, vinculada à Coordenação de Gestão de Compras, Contratos e Patrimônio (CGCCP), teve, no ano de 2021, ação decisiva na condução de licitações fundamentais para o funcionamento da Universidade e a continuidade da expansão de suas áreas físicas.

Assim como ocorreu nos últimos anos, a redução dos recursos orçamentários e financeiros para o exercício impactou fortemente o desenvolvimento das atividades das Divisões que compõem a CGCCP, refletindo na abertura e instrução dos processos de aquisições e contratações e, conseqüentemente, na realização de licitações e formalização de instrumentos contratuais. Destaca-se, contudo, que essa situação não reduziu significativamente o volume de trabalho das áreas que formam a CGCCP, conforme descrito adiante.

Em 2021 a DAC realizou licitações nas modalidades Pregão e Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Os Pregões e RDCs foram realizados na forma eletrônica.

As licitações (Pregões, RDCs) totalizaram 79 (setenta e nove) certames que somaram R\$ 20.186.636,20 (vinte milhões, cento e oitenta e seis mil, seiscentos e trinta e seis reais e vinte centavos). Foram, ainda, realizadas 97 (noventa e sete) contratações diretas, que perfazem o montante de R\$ 5.184.779,30 (cinco milhões, cento e oitenta e quatro mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta centavos).

Foi publicado, também, um Edital de Chamamento Público para cadastramento de pessoas jurídicas interessadas em prestar serviços de logística, distribuição e comercialização de livros físicos da Editora UFABC (EdUFABC), em regime de compra e venda ou consignação. Importante esclarecer que este Chamamento Público não gerou dispêndio para a Universidade, pois as empresas credenciadas fazem a mediação entre a EdUFABC e os centros distribuidores e sua remuneração é obtida nessa negociação.

Somando as licitações com as contratações diretas, foram realizadas 177 (cento e setenta e sete) aquisições/contratações, que apresentam o montante de R\$ 25.371.415,50 (vinte e cinco milhões, trezentos e setenta e um mil, quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos).

Comparando com o ano anterior, conforme Tabelas x3 e x4, em termos quantitativos houve uma diminuição de 35 (trinta e cinco) contratações realizadas, representando uma redução de 16,51%. Em termos de valores, observou-se um aumento de R\$ 3.229.021,92 (três milhões, duzentos e vinte e nove mil, vinte e um reais e noventa e dois centavos), equivalendo a uma variação positiva de 14,58% no volume das contratações.

TABELA x3 – Quantitativo de contratações - total e variação.

2020	2021	Variação (Quant.)	Variação (%)
212	177	-35	-16,51%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2021.

TABELA x4 – Montante de contratações – valores totais e variação.

2020	2021	Variação (valor)	Variação (%)
R\$ 22.142.393,58	R\$ 25.371.415,50	R\$ 3.229.021,92	14,58%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2021.

As contratações na modalidade Pregão são as mais utilizadas pela UFABC, visto que são aplicáveis a todas as aquisições/contratações de bens e serviços comuns. Em 2021, conforme Tabela x5, as contratações feitas via Pregão Eletrônico foram as mais representativas e respondem por 77,84% do total contratado no exercício.

TABELA x5 – Representatividade das contratações por modalidade – valores contratados.

Representatividade Modalidades - valores		
	2020	2021
Pregões	73,17%	77,84%
RDC	2,22%	1,73%
Concorrência	0,00%	0,00%
Dispensas	11,24%	18,43%
Inexigibilidades	13,38%	2,00%
Chamamento Público	0,00%	0,00%
	100,00%	100,00%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2021.

Na UFABC a modalidade RDC é utilizada apenas para contratação de obras e serviços de engenharia, apresentando, geralmente, valores mais expressivos, o que impacta diretamente no volume de contratações do exercício. Ainda de acordo com os dados da Tabela x5, verifica-se que em 2021 a contratação feita via RDC respondeu por 1,73%. Um dos fatores que explica essa baixa representatividade é o modelo de centralização dos recursos de capital no orçamento do Ministério da Educação, adotado nos últimos exercícios. Como boa parte desses recursos são descentralizados apenas no segundo semestre, muitas vezes não há tempo hábil para realizar contratações dessa natureza, por exigirem maior tempo de publicação e análise.

Ainda de acordo com as informações constantes na Tabela x5, verifica-se que as contratações diretas (Dispensas e Inexigibilidades) somaram 20,44% do volume total contratado em 2021.

Em 2021 foram realizadas 78 (setenta e oito) contratações na modalidade Pregão, todas em sua forma eletrônica, que apresentam o montante de R\$ 19.748.954,64 (dezenove milhões, setecentos e quarenta e oito mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

Do total contratado nessa modalidade, 27 (vinte e sete) certames referem-se a registros de preços, com valor total contratado de R\$ 10.096.000,13 (dez milhões, noventa e seis mil reais e treze centavos). Os 51 (cinquenta e um) restantes foram pontuais, com valor total contratado de R\$ 9.652.954,51 (nove milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e um centavos).

TABELA x6 – Representação Pregões Pontuais e SRP – Quantidade e valores.

Pregões - Tipos	Quant.	%	Valor Total	%
Pontual	51	65,38%	R\$ 9.652.954,51	48,88%
SRP	27	34,62%	R\$ 10.096.000,13	51,12%
	78	100,00%	R\$ 19.748.954,64	100,00%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2021.

Conforme Tabela x6, os pregões pontuais responderam por 48,88% do valor total contratado em 2021. Já as licitações para registro de preços representaram 51,12%. Essa diferença de quantitativos e valores é justificada, principalmente, pelo fato de que as licitações de registro de preços são utilizadas quando não há como prever o quantitativo e período exato a ser contratado, apresentando estimativa do máximo que pode ser adquirido ao longo de sua vigência.

O registro de preços é muito utilizado para realizar a aquisição de mobiliários, equipamentos de tecnologia da informação e materiais de expediente, os quais possuem valores e quantitativos de contratação bem expressivos.

Conforme Tabela x7, abaixo, comparando com o ano de 2020, observa-se uma diminuição de 31 (trinta e um) Pregões em 2021, equivalente a uma redução de 28,44% na quantidade de contratações. Conforme Tabela x8, comparando-se os valores contratados, observa-se um aumento, correspondente a 21,90%, ou seja, houve em 2021 um aumento de R\$ 3.547.371,54 (três milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, trezentos e setenta e um reais e cinquenta e quatro centavos) do valor contratado através de Pregões Eletrônicos.

TABELA x7 – Pregões Eletrônicos – Quantidade e variação

2020	2021	Variação (valor)	Variação (%)
109	78	-31	-28,44%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2021.

TABELA x8 - Pregões Eletrônicos – Valores e variação

2020	2021	Variação (valor)	Variação (%)
R\$ 16.201.583,10	R\$ 19.748.954,64	R\$ 3.547.371,54	21,90%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2021.

Conforme Tabelas x9 e x10, em 2021 foi realizada 1 (uma) contratação na modalidade Regime Diferenciado de Contratações (RDC), também em sua forma eletrônica, que apresenta o montante de R\$ 437.681,56 (quatrocentos e trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos). Observa-se a manutenção no quantitativo de licitações nessa modalidade, comparado ao ano de 2020.

Analisando os valores contratados, conforme Tabela x10, observa-se uma redução, equivalente a 10,81%, que corresponde a R\$ 53.021,78 (cinquenta e três mil, vinte e um reais e setenta e oito centavos). Conforme verificado na Tabela x5, as contratações nessa modalidade respondem por 1,73% do total contratado em 2021.

TABELA x9 - RDCs Eletrônicos – Quantidade e variação

2020	2021	Variação (Quant.)	Variação (%)
1	1	0	0,00%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2021.

TABELA x10 - RDCs Eletrônicos – Valores e variação

2020	2021	Variação (valor)	Variação (%)
R\$ 490.703,34	R\$ 437.681,56	-R\$ 53.021,78	-10,81%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2021.

As contratações diretas somam R\$ 5.184.779,30 (cinco milhões, cento e oitenta

e quatro mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta centavos), respondendo por 20,44% do total contratado em 2021. Desse montante, 90,21% foram contratados por Dispensa e 9,79% por Inexigibilidade.

Conforme Tabelas x11 e x12, foram realizadas 36 (trinta e seis) Dispensas de Licitação, sendo contratados R\$ 4.677.036,82 (quatro milhões, seiscentos e setenta e sete mil, trinta e seis reais e oitenta e dois centavos).

TABELA x11 – Dispensas de Licitação – Quantidade e variação

2020	2021	Variação (valor)	Variação (%)
47	36	-11	-23,40%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2021.

TABELA x12 - Dispensas de Licitação – Valores e variação

2020	2021	Variação (valor)	Variação (%)
R\$ 2.488.429,53	R\$ 4.677.036,82	R\$ 2.188.607,29	87,95%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2021.

Analisando os dados das Tabelas x11 e x12, verifica-se uma redução no quantitativo de Dispensas realizadas, e um aumento de 87,95% no valor total das contratações diretas por Dispensa, correspondendo a um aumento de R\$ 2.188.607,29 (dois milhões, cento e oitenta e oito mil, seiscentos e sete reais e vinte e nove centavos). O aumento nos valores deve-se, em parte, à atualização dos limites para contratações por meio de dispensa de licitação, por força do Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018. Os valores máximos para dispensa de licitação passaram de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais). Em 2021 as contratações diretas por Dispensa foram fundamentadas nos incisos II, V, VIII, XIII, XXI e XXV da Lei 8.666/93, conforme Tabela x13.

TABELA x13 – Representatividade da fundamentação das Dispensas de Licitação

Incisos	Quant.	%	Valor Total	%
II	5	13,89%	R\$ 21.961,32	0,47%
V	4	11,11%	R\$ 77.066,28	1,65%
VIII	1	2,78%	R\$ 46.088,25	0,99%
XIII	12	33,33%	R\$ 2.252.748,42	48,17%
XXI	13	36,11%	R\$ 2.219.172,55	47,45%
XXV	1	2,78%	R\$ 60.000,00	1,28%
		100,00%	R\$ 4.677.036,82	100,00%

Fonte: ProAd/CGCCP – Acompanhamento de Licitações 2020.

Destaca-se que, em termos monetários, a parcela mais significativa de contratações diretas por Dispensa de Licitação, referem-se à contratação de Fundação de Apoio para gestão administrativa e financeira dos projetos. Foram registradas 12 (doze) contratações diretas, fundamentadas no inciso XIII, no valor de R\$ 2.252.748,42 (dois milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e quarenta e oito reais e quarenta e dois centavos), correspondendo à 48,17% do volume contratado por Dispensa de Licitação.

A segunda parcela mais significativa de contratações diretas por Dispensa de Licitação refere-se àquelas voltadas diretamente para pesquisa. As 13 (treze) contratações fundamentadas no inciso XXI foram por importação direta, no valor total

de R\$ 2.219.172,55 (dois milhões, duzentos e dezenove mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

Convém destacar que esses são os valores efetivamente publicados e empenhados, sendo diferentes dos valores apresentados pela Divisão de Importação, nos quais não estão contempladas despesas com armazenagem e bancárias, projeção de câmbio, entre outras. Essas contratações serão mais detalhadas na apresentação das atividades e resultados da Divisão de Importação. Considerando que a pesquisa é um dos pilares da UFABC, entende-se como sendo natural que 47,45% do volume contratado por Dispensas de Licitação estejam fundamentados no inciso XXI do Art. 24.

As contratações diretas por Dispensa de Licitação, fundamentadas no inciso II do Art. 24, que trata da contratação de valor limitado a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), correspondem a 0,47% do quantitativo total por Dispensa. Das 5 (cinco) Dispensas registradas com essa fundamentação, 3 (três) foram precedidas de Cotação Eletrônica, no valor total de R\$ 8.999,88 (oito mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos). As 2 (duas) restantes apresentam valor total de R\$ 12.961,44 (doze mil, novecentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

Foi realizada, ainda, uma contratação por Dispensa de Licitação, fundamentada no inciso XXV, que gerou receita para a UFABC, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Ainda tratando das contratações diretas, em 2021 foram registradas 61 (sessenta e uma) Inexigibilidades de Licitações, fundamentadas no *caput* e nos incisos I e II do Art. 25, sendo a distribuição de quantitativos e valores discriminados na Tabela x14.

TABELA x14 - Representatividade da fundamentação das Inexigibilidades de Licitação

Incisos	Quant.	%	Valor Total	%
<i>Caput</i>	29	47,54%	R\$ 351.002,08	69,13%
I	3	4,92%	R\$ 22.810,44	4,49%
II	29	47,54%	R\$ 133.929,96	26,38%
		100,00%	R\$ 507.742,48	100,00%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2021.

Verifica-se que em 2021, em valores monetários, conforme Tabela x14, a parte mais significativa das contratações por Inexigibilidade refere-se à contratação fundamentada no *caput* do Art. 25, em que é verificada a inviabilidade de competição, ou seja, nas contratações em que somente um fornecedor é capaz de prestar o serviço que se pretende contratar. Essas contratações diretas respondem por 47,54% das Inexigibilidades formalizadas, correspondendo a 69,13% do volume total contratado por essa modalidade.

Destaca-se que 6 (seis) das 29 (vinte e nove) Inexigibilidades fundamentadas no *caput* foram feitas por Importação, no valor total de R\$ 73.822,03 (setenta e três mil, oitocentos e vinte e dois reais e três centavos), 23 (vinte e três) foram via compras nacionais, totalizando R\$ 277.190,05 (duzentos e setenta e sete mil, cento e noventa reais e cinco centavos), e 1 (uma) inexigibilidade gerou receita para a UFABC no valor de R\$ 17.129,04 (dezesete mil, cento e vinte e nove reais e quatro centavos).

Na sequência, em termos quantitativos, têm-se as contratações diretas de cursos de capacitação e treinamento (inciso II, do Art. 25), respondendo por 29 (vinte e nove) das 61 (sessenta e uma) Inexigibilidades registradas no exercício.

equivalente a 47,54% do total contratado nessa modalidade. Isso demonstra que a UFABC, assim como nos anos anteriores, investiu na capacitação e atualização de seus servidores. Quando comparado com o ano de 2020, observa-se um aumento nas contratações de cursos e treinamentos, com valor bem inferior ao contratado em anos anteriores, demonstrando um reflexo tanto dos contingenciamentos orçamentário e financeiro sofridos nos últimos anos e agravados no exercício de 2016, quanto da grave pandemia de Covid-19. Essa diferença também tem reflexo nas orientações mais recentes que prioriza a contratação de cursos promovidos por escolas do governo, sem custos para a Administração.

Comparando com o exercício anterior, conforme Tabela x15, verifica-se que os casos de Inexigibilidades tiveram um acréscimo de 7 (sete) contratações, representando um aumento de 12,96%. Conforme Tabela x16, em relação aos valores efetivamente contratados nessa modalidade, observa-se uma redução de R\$ 2.453.935,13 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e trinta e cinco reais e treze centavos), correspondendo a uma diminuição de 82,86%.

TABELA x15 - Inexigibilidades de Licitação – Quantidade e variação

2020	2021	Variação (valor)	Variação (%)
54	61	7	12,96%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2021.

TABELA x16 - Inexigibilidades de Licitação – Valor e variação

2020	2021	Variação (valor)	Variação (%)
R\$ 2.961.677,61	R\$ 507.742,48	-R\$ 2.453.935,13	-82,86%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2021.

Em comparação ao exercício de 2020, verificou-se uma discreta redução no número e no valor total contratado de forma direta. Em 2021 foram realizadas 97 (noventa e sete) contratações diretas, ou seja, 04 (quatro) contratações a menos do que no exercício anterior, representando uma redução de 3,96%. Em termos monetários, a redução também foi pouco expressiva, representando uma diminuição de 4,87% do valor total contratado diretamente, equivalente a R\$ 265.327,84 (duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos).

No geral, ao longo de 2021 registrou-se uma redução de 16,51% no quantitativo de contratações, com um aumento de 14,58% em valor, conforme apresentado nas Tabelas x3 e x4.

Em 2021 as licitações e itens desertos e/ou cancelados somaram R\$ 2.548.055,53 (dois milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), representando uma redução significativa de 28,43% do valor registrado no ano anterior, conforme demonstrado na Tabela x17.

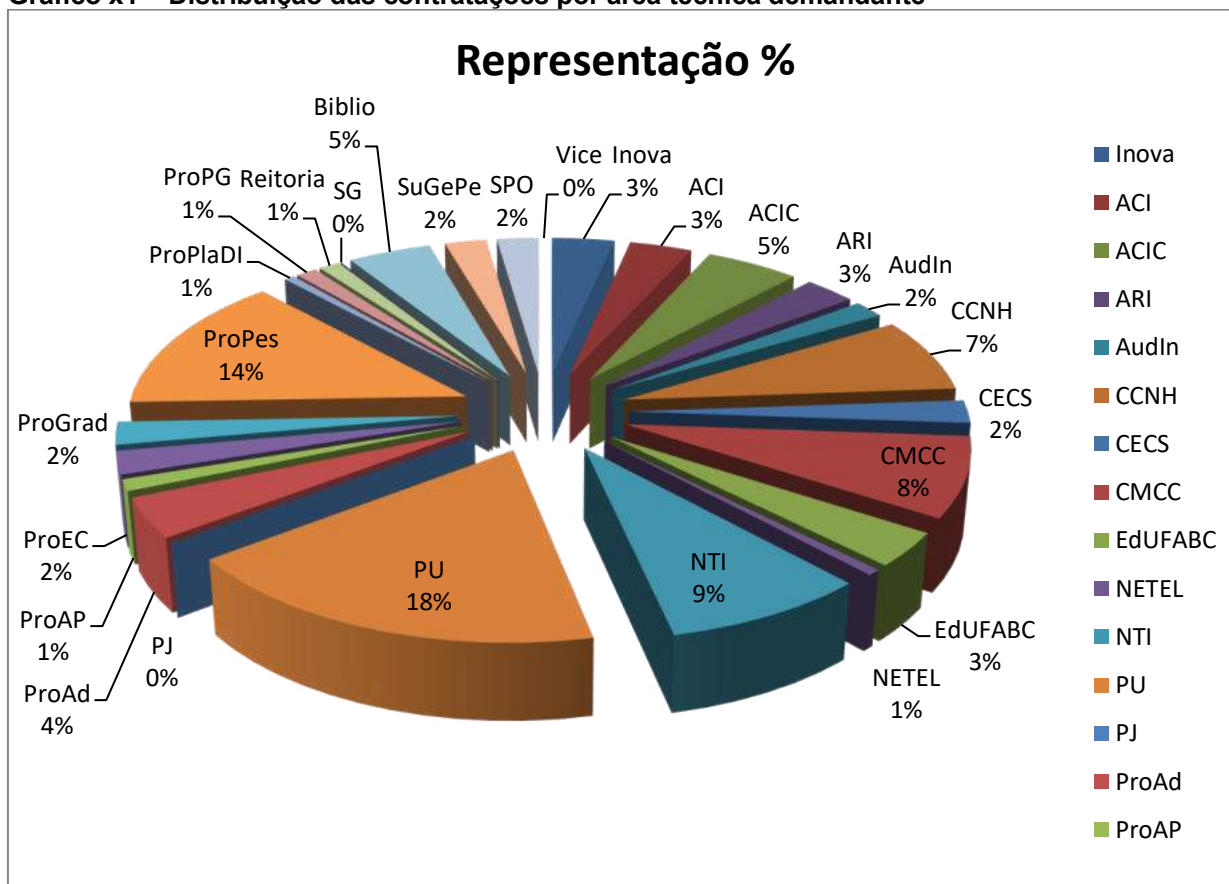
TABELA x17 – Licitações desertas, fracassadas e itens cancelados – valores e variação.

2020	2021	Variação (valor)	Variação (%)
R\$ 3.560.212,50	R\$ 2.548.055,53	-R\$ 1.012.156,97	-28,43%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2021.

Abaixo, no Gráfico x1, é possível visualizar a participação das principais áreas técnicas nas contratações efetivadas em 2021.

Gráfico x1 – Distribuição das contratações por área técnica demandante



Fonte: ProAd/CGCCP – Relação de Contratações Modalidade de Licitação por Área Demandante - Dados de 2021.

Assim como nos anos anteriores, a Prefeitura Universitária (PU) foi a maior demandante das atividades da DAC, respondendo por, aproximadamente, 18,00% das licitações e contratações diretas realizadas. A segunda e terceira maiores demandantes foram a Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes) e o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), respondendo por, aproximadamente, 14,00% e 9,00% respectivamente. Na sequência o Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC), que responde por 8,00%.

Conforme Tabela x18, ainda em 2021, ocorreram 39 (trinta e nove) aquisições/contratações por meio de Atas de Registro de Preços vigentes ao longo do exercício, ou seja, 22 (vinte e duas) a mais do que em 2020, correspondendo a um aumento de 129,41%.

TABELA x18 – Pedidos de Atas SRP – Quantidade e variação

2020	2021	Variação (valor)	Variação (%)
17	39	22	129,41%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2021.

Conforme Tabela x19, verifica-se que foram contratados/adquiridos, através de Atas de Registro de Preços, R\$ 2.096.740,14 (dois milhões, noventa e seis mil, setecentos e quarenta reais e quatorze centavos), sendo R\$ 396.086,56 (trezentos e noventa e seis mil, oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) em serviços; R\$

219.915,93 (duzentos e dezenove mil, novecentos e quinze reais e noventa e três centavos) em materiais de consumo; e R\$ 1.480.737,65 (um milhão, quatrocentos e oitenta mil, setecentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos) em materiais permanentes.

TABELA x19 – Pedidos de Atas SRP – Valores e representatividade

	2020	2021	Variação (valor)	Variação (%)
Serviço	R\$ 123.366,51	R\$ 396.086,56	R\$ 272.720,05	221,06%
Consumo	R\$ 261.613,51	R\$ 219.915,93	-R\$ 41.697,58	-15,94%
Permanente	R\$ 303.585,36	R\$ 1.480.737,65	R\$ 1.177.152,29	387,75%
Total	R\$ 688.565,38	R\$ 2.096.740,14	R\$ 1.408.174,76	204,51%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2021.

Em relação às aquisições feitas através de pedidos de Atas de Registro de Preços, em 2021 observa-se um aumento de R\$ 1.408.174,76 (um milhão, quatrocentos e oito mil, cento e setenta e quatro reais e setenta e seis centavos) no valor total contratado, equivalente a um aumento de 204,51%.

Com base em todo o exposto, bem como demonstrado na Tabela x20, verificou-se que no exercício de 2021 foram contratados/adquiridos R\$ 27.468.155,64 (vinte e sete milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), representando um aumento de 20,31% quando comparado com 2020.

TABELA x20 – Contratações por modalidade – Valores Totais e variação

	2020	2021	Variação (valor)	Variação (%)
Pregões	R\$ 16.201.583,10	R\$ 19.748.954,64	R\$ 3.547.371,54	21,90%
RDCs	R\$ 490.703,34	R\$ 437.681,56	-R\$ 53.021,78	-10,81%
Dispensas	R\$ 2.488.429,53	R\$ 4.677.036,82	R\$ 2.188.607,29	87,95%
Inexigibilidades	R\$ 2.961.677,61	R\$ 507.742,48	-R\$ 2.453.935,13	-82,86%
Pedidos de Atas	R\$ 688.565,38	R\$ 2.096.740,14	R\$ 1.408.174,76	204,51%
	R\$ 22.830.958,96	R\$ 27.468.155,64	R\$ 4.637.196,68	20,31%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2021.

Apesar do aumento mencionado, o volume ainda é bem inferior ao contratado em anos anteriores, sendo reflexo da pandemia pelo novo coronavírus e dos contingenciamentos orçamentários e financeiros ocorridos nos últimos exercícios, que reduzem o volume de contratações de obras e serviços de engenharia e das contratações para registro de preços para aquisição de mobiliários, equipamentos e insumos de informática e serviços necessários para desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

Observa-se, contudo, um aumento significativo nas contratações diretas por dispensa de licitação, reflexo do investimento feito em pesquisa.

Apesar das reduções identificadas nos quantitativos e volumes de licitações, destaca-se que ao longo de todo o exercício, a DAC realizou diversas atividades, concentrando esforços no sentido de concluir o maior número de processos de aquisições e contratações.

O ano de 2021 foi iniciado com 49 (quarenta e nove) processos pendentes de conclusão e que haviam sido analisados no decorrer dos exercícios de 2015 a 2020, mas que precisaram ser devolvidos à área demandante para adequações e não

retornaram para formalizar a contratação. Uma parte retornou à DAC ao longo de 2021 e 16 (dezesesseis) foram finalizados ou arquivados, restando ainda, 33 (trinta e três) pendentes de conclusão.

Durante o ano de 2021 foram recebidos e analisados 187 (cento e oitenta e sete) novos processos de aquisições e contratações na DAC, dos quais 158 (cento e cinquenta e oito) foram encerrados ainda em 2021, resultando em um índice de 84,49% de conclusão. O prazo médio de conclusão desses processos foi de, aproximadamente, 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de recebimento na DAC para análise inicial.

Do total, apenas 27 (vinte e sete) ficaram pendentes de contratação, sendo que 1 (um) estava com licitação em andamento; 1 (um) estava aguardando prazo recursal, 4 (quatro) estavam em análise para elaboração da Minuta de Edital; 1 (um) estava em análise para contratação direta; 1 (um) estava em análise pela Procuradoria Jurídica, 3 (três) não foram publicados por falta de tempo hábil para a contratação; e 16 (dezesesseis) foram analisados e devolvidos para as áreas técnicas demandantes para adequações e/ou atendimento de recomendações, não sendo registrado, até 31 de dezembro de 2021, o seu retorno para continuidade e formalização da contratação.

De uma forma geral, o orçamento destinado à UFABC no ano de 2021 foi executado em sua totalidade. Contudo, algumas contratações estratégicas não puderam ser finalizadas. Os 27 (vinte e sete) processos pendentes, assim como os 33 (trinta e três) referentes aos anos de 2015 a 2020, serão avaliados pelas áreas demandantes e, sendo necessário e estratégico para o desempenho das atividades administrativas e acadêmicas, terão suas contratações continuadas no exercício de 2022.

Conforme registrado, a maior parcela das contratações realizadas pela UFABC é feita por Pregão ou RDC, ambos no formato eletrônico, sendo os editais e documentos da licitação disponibilizados no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e, no caso de obras e serviços de engenharia, na página eletrônica da UFABC (<https://www.ufabc.edu.br/licitacoes>).

Também é importante reforçar que em março de 2021 os processos de aquisições e contratações passaram a ser instruídos no formato eletrônico e, para o próximo exercício, pretende-se disponibilizar a totalidade dos processos/documentos de natureza ostensiva no ambiente público de consulta do SIG/SIPAC, conferindo maior transparência no trato dos recursos públicos.

Divisão de Importação (DI)

Para possibilitar uma análise mais precisa das atividades da Divisão de Importação (DI) no ano de 2021, foram elaboradas duas tabelas: uma para os indicadores da Divisão de Importação, referentes ao número de processos e valores envolvidos nas transações, e outra destacando informações relevantes dos processos.

TABELA X21 – Indicadores da Divisão de Importação

Ano	Nº. de Processos	Valor da Entrada de Processos em USD	Valor da Entrada de Processos em R\$ (*)	Gastos Totais com os Processos em R\$	Procs. Entregues	Procs. Cancelados
-----	------------------	--------------------------------------	--	---------------------------------------	------------------	-------------------

2009	26	867.506,63	1.543.905,51	1.873.569,69	3	1
2010	34	1.146.734,72	1.986.393,55	2.714.111,99	28	8
2011	45	4.219.018,88	6.851.815,16	7.253.111,04	29	7
2012	38	1.588.912,23	3.224.749,26	4.586.821,56	42	1
2013	41	1.944.050,25	4.327.269,17	3.393.323,52	41	3
2014	62	3.038.049,26	6.902.202,25	7.649.113,09	50	11
2015	26	617.333,29	1.957.426,22	4.292.564,54	32	9
2016	13	21.595,24	73.091,36	961.844,35	17	1
2017	24	108.588,74	345.424,34	438.367,87	21	1
2018	22	275.210,98	1.057.194,33	1.057.859,92	20	3
2019	15	788.936,90	3.109.937,72	3.316.271,81	15	0
2020	18	282.686,16	1.498.773,45	863.066,99	14	1
Média Anual até 2020	30	1.241.551,94	2.739.848,53	3.200.002,20	26	4
2021	27	478.747,31	2.565.969,99	2.979.306,71	16	3

(*) O valor da entrada de processos em reais é obtido de acordo com a conversão do valor da Fatura Proforma/Comercial, de cada importação, convertido à taxa do dólar americano do último dia útil do mês de entrada do processo na Divisão de Importação.

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores da Divisão de Importação 2009-2021

TABELA X22 – Informações relevantes dos Processos de Importação recebidos em 2021

1. Processos por Forma de Importação:	Quantidade	Porcentual
Comercial (compra)	23	85,19%
Doação	4	14,81%
TOTAL	27	100,00%

2. Processos por Natureza de Despesa:	Quantidade	Porcentual	Valor em R\$	% do Valor em R\$
Custeio (inclui os processos de doação, cujas despesas aduaneiras foram pagas com recursos dessa natureza)	20	74,07%	R\$ 1.175.390,35	40,05%
Investimento	7	25,93%	R\$ 1.759.291,66	59,95%
TOTAL	27	100,00%	R\$ 2.934.682,01	100,00%

3. Processos por Fonte de Recursos:	Quantidade	Porcentual	Valor em R\$	% do Valor em R\$
UFABC, sem reembolso	17	62,96%	R\$ 1.226.873,18	41,81%
UFABC, com reembolso posterior por órgão de fomento ou recurso do exportador	5	18,52%	R\$ 27.722,49	0,94%
FINEP	3	11,11%	R\$ 1.357.035,68	46,24%
NIH/Pew Charitable Trusts (EUA)	2	7,41%	R\$ 323.050,66	11,01%
TOTAL	27	100,00%	R\$ 2.934.682,01	100,00%

4. Processos por Finalidade:	Quantidade	Porcentual
Pesquisa Científica	18	66,67%
Ensino	2	7,41%
Uso Administrativo	7	25,93%

TOTAL	27	100,00%
-------	----	---------

(*) Faturas Proforma/Comercial em outras moedas estrangeiras foram convertidas ao dólar dos Estados Unidos, para padronização com o objetivo de melhor demonstrar os dados. Os valores foram convertidos à taxa do dólar dos Estados Unidos do último dia útil do mês de entrada do processo na Divisão de Importação.

(**) O valor em reais é obtido de acordo com a conversão do valor da Fatura Proforma/Comercial, de cada importação, convertido à taxa do dólar dos Estados Unidos do último dia útil do mês de entrada do processo na Divisão de Importação.

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores da Divisão de Importação 2009-2021

A primeira análise a ser feita é relativa ao número de processos. Pode-se concluir que o número de processos recebidos na Divisão de Importação, 27 (vinte e sete), teve um expressivo crescimento em relação ao ano de 2020: foram 9 (nove) processos a mais, ou seja, um aumento de 50%, se aproximando da média histórica até 2020, de 30 (trinta) processos recebidos anualmente. Trata-se da maior entrada de processos em um exercício desde o ano de 2014.

O número de processos entregues pela Divisão de Importação (ou seja, a mercadoria importada entregue à área demandante na UFABC), é bastante similar aos dois exercícios anteriores: foi apurado um aumento de 14,29% em relação ao ano de 2020, passando de 14 (quatorze) para 16 (dezesesseis) entregas em 2021, sendo um número bastante inferior à média anual de entregas até 2020, de 26 (vinte e seis) processos.

Também segundo os registros internos da Divisão de Importação, há um total de 16 (dezesesseis) produtos ou serviços, incluindo processos relativos a anos anteriores, ainda a serem entregues aos demandantes. Este número representa exatamente o dobro do número de entregas pendentes ao final do exercício de 2020, que era de 8 (oito) entregas.

O aumento da quantidade de processos recebidos em 2021 reverte uma tendência de recebimento de processos de importação abaixo da média histórica que acontecia desde 2015, ano em que a UFABC começou a passar por um cenário de restrições orçamentárias e financeiras.

Como a UFABC ainda passa pelo cenário acima mencionado, o aumento no número de processos de importação pode ser explicado:

- pelo crescimento na demanda de serviços transnacionais (pagamento de anuidades a entidades estrangeiras, contratação de cursos no exterior e acesso à base de dados prestados por empresas internacionais);
- pela aprovação do projeto "Reforço e Aprimoramento da Infraestrutura de Pesquisa Transversal e Multidisciplinar da UFABC (REFIPENE)", na Chamada Pública MCTI/FINEP/CT-INFRA 04/2018 e a respectiva celebração do Termo de Execução Descentralizada n. 0419013800, que possibilitaram o financiamento de 3 (três) processos de importação;
- pela concessão de bolsa internacional para aquisição de equipamentos, por parte do *National Institute of Health* (NIH) e do fundo *Pew Charitable Trusts* ao Prof. Vinicius de Andrade Oliveira, da UFABC.

Para corroborar essa conclusão, é possível aferir, de acordo com a Tabela x22, que a grande maioria de processos foi dotada com orçamento de custeio, e apenas 7 (sete) importações (25,93%) com recursos orçamentários de investimento. Dessas 7 (sete) importações, 5 (cinco) se referem a processos custeados com recursos externos (FINEP e NIH/*Pew Charitable Trusts*) e um foi cancelado. Ou seja, somente um processo utiliza recursos de investimento da própria UFABC.

Por outro lado, conforme também pode ser observado na Tabela x22, destacam-se o número de processos de importações oriundas de doações à UFABC, 4 (quatro), sendo que em 3 (três) dessas doações as despesas de armazenagem e conservação do produto foram reembolsadas com recursos de órgão de fomento (FAPESP e CNPq) e no processo restante o próprio exportador ressarciu esses custos à Universidade.

Também houve um processo de reembolso de importação comum, inicialmente pago pela Universidade, e posteriormente reembolsado pelo pesquisador responsável, com recursos de órgão de fomento (FAPESP).

Tais dados demonstram que a UFABC tem auxiliado a comunidade na viabilização e recebimento de produtos importados, ainda que de maneiras alternativas – isto é, sem arcar com a totalidade dos recursos orçamentários e financeiros das aquisições. Nesse contexto, 2021 marcou o ano em que a Divisão de Importação recebeu os primeiros processos em que o financiamento necessário (ou reembolso de recursos financeiros) para a aquisição foi obtido junto a instituições estrangeiras. Até então, tais recursos haviam sido obtidos somente junto a órgãos de fomento nacionais.

A exemplo do ocorrido no ano de 2020, verifica-se novamente que a crise econômica incentivou a busca por soluções alternativas para a continuidade da pesquisa científica, situação agravada pela necessidade urgente de pesquisas para enfrentamento da Covid-19.

Ainda, é importante notar que houve o cancelamento de 3 (três) processos durante o exercício de 2021, sendo quantidade próxima da média anual de 4 (quatro) cancelamentos. A possibilidade de cancelamento ou suspensão existe por diversas razões, como por exemplo, recursos orçamentários e/ou financeiros insuficientes, entrada fora do prazo, instrução inadequada do processo, etc.

Nesse prisma, é fundamental ressaltar o trabalho de elaboração de estimativas de despesas prévias à abertura de processos de importação. Com esse trabalho, o demandante tem uma ferramenta para decidir se é possível importar com os recursos existentes, evitando aberturas desnecessárias e cancelamentos de processos.

A segunda análise a se fazer é estritamente financeira, observando os dados da Tabela x21. Em relação ao valor de entrada de processos em dólares dos Estados Unidos, o valor de entrada em 2021 é muito menor, com redução de 61,45% da média anual até 2020. Entretanto, se comparado unicamente ao exercício de 2020, houve um aumento substancial de 69,33%, correspondendo ao segundo maior valor de entrada de processos desde 2016.

Constata-se que os cinco processos com financiamentos da FINEP e do NIH correspondem a 67,08% do valor da entrada de processos em 2021, sendo possível concluir que a captação de recursos externos à UFABC foi o que resultou no aumento deste valor em 2021.

Em relação ao montante da entrada de processos em reais, houve um aumento de 71,18% em comparação à entrada de processos em reais de 2020. O número é muito próximo do valor da série histórica, correspondendo a 93,64%.

Além da alta no número de processos, o que explica esse aumento expressivo é a taxa cambial do dólar dos Estados Unidos, que tem passado por sucessivos aumentos desde o início da crise político-econômica iniciada em 2015, e que foi agravada após o início da pandemia de Covid-19.

O mesmo fenômeno pode explicar o aumento nos gastos totais com o processo (que envolvem fechamento de câmbio para pagamento ao exportador, despesas bancárias, despesas aduaneiras e pagamentos de prestadores de serviços correlatos à

importação: transporte internacional, seguro, despacho aduaneiro e transporte rodoviário): houve um vultoso aumento de 245,20% se comparado com a entrada de processos em reais de 2020. O número é muito próximo do valor da série histórica, correspondendo a 93,10%.

Em uma visão mais genérica, de acordo com os dados da tabela x22, dos 27 (vinte e sete) processos que possuem valores em dólares dos Estados Unidos, 23 (vinte e três) trataram de serviços, enquanto os 4 (quatro) restantes trataram de amostras sem valor comercial, destinadas à pesquisa científica, oriundas de projetos de pesquisas desenvolvidos pelos pesquisadores da UFABC em conjunto com pesquisadores estrangeiros.

É importante salientar, ainda, que, apesar de não terem valor comercial e fechamento de câmbio, as importações de amostras são mais complexas: demandam conhecimento bastante especializado em comércio exterior, geralmente envolvendo a necessidade de anuência de órgãos governamentais - que, por sua vez, exigem o preenchimento de diversos documentos e o acompanhamento de prazos.

Algumas das amostras também requerem a conservação em temperatura específica, o que demanda acompanhamento em tempo integral da Divisão de Importação junto ao agente de cargas, despachante aduaneiro e armazém alfandegado, para garantir a permanência da carga na temperatura adequada.

Pela Tabela x22, verifica-se que, de todo o valor da entrada de processos em reais no exercício de 2021, o valor totalmente bancado pela UFABC corresponde a somente 41,81% do todo, enquanto o restante do valor representa origem de recursos de terceiros (usualmente, órgãos de fomento).

De acordo com a mesma tabela, os processos com natureza de despesa de “custeio” somaram 20 (vinte) processos e correspondem a 40,05% da entrada de valores em reais no exercício, enquanto as importações classificadas como “investimento”, apesar de corresponderem a apenas 7 (sete) processos, resultaram nos 59,95% restantes para a entrada de valores em reais no ano de 2021. Desses sete processos, cinco deles foram financiados com recursos externos à Universidade.

Uma conclusão possível dessa análise é que a UFABC tem conseguido custear somente com recursos próprios os menores processos, o que tem duas explicações.

A primeira é a instabilidade cambial observada em 2021, ainda ditada, como não poderia deixar de ser, pela pandemia de Covid-19, e, em menor grau, pela crise político-econômica no Brasil e conjuntura política global desfavorável. Com a moeda estrangeira mais cara, a tendência natural é a diminuição na demanda por importações. É importante ressaltar que mesmo os custos indiretos (serviços de transporte internacional, seguro, despesas bancárias) têm componentes cotados em moeda estrangeira.

A segunda explicação, tratada anteriormente, é o cenário de restrição orçamentária e financeira vivenciado pela UFABC desde 2015: priorizam-se as importações que estejam dentro da realidade orçamentária da Administração – tanto considerando o valor da mercadoria, quanto dos gastos correlatos à sua importação.

Divisão de Contratos (DC)

Ao longo de 2021 a Divisão de Contratos (DC) realizou diversas atividades inerentes à formalização dos vários instrumentos contratuais, bem como orientou as áreas técnicas e atualizou seus modelos e fluxos.

A seguir apresenta-se o quantitativo anual das principais atividades realizadas pela DC durante o exercício de 2021:

TABELA x23 - Quantitativo anual das principais atividades realizadas pela Divisão de Contratos

Atividade	Quantidade Anual/2020	Quantidade Anual/2021	Variação %
Análises de processos novos	181	137	-24,31%
Atas assinadas	69	79	14,49%
Contratos assinados	37	42	13,51%
Contratos de adesão assinados	0	1	100,00%
Apostilamentos de Nota de Empenho formalizados	39	41	5,13%
Aditivos Contratuais publicados	55	45	-18,18%
Notificações encaminhadas	37	35	-5,41%
Penalizações (Advertências / Multas / Suspensões)	12	7	-41,67%
Rescisões Contratuais	3	4	33,33%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores Contratos 2020 e 2021

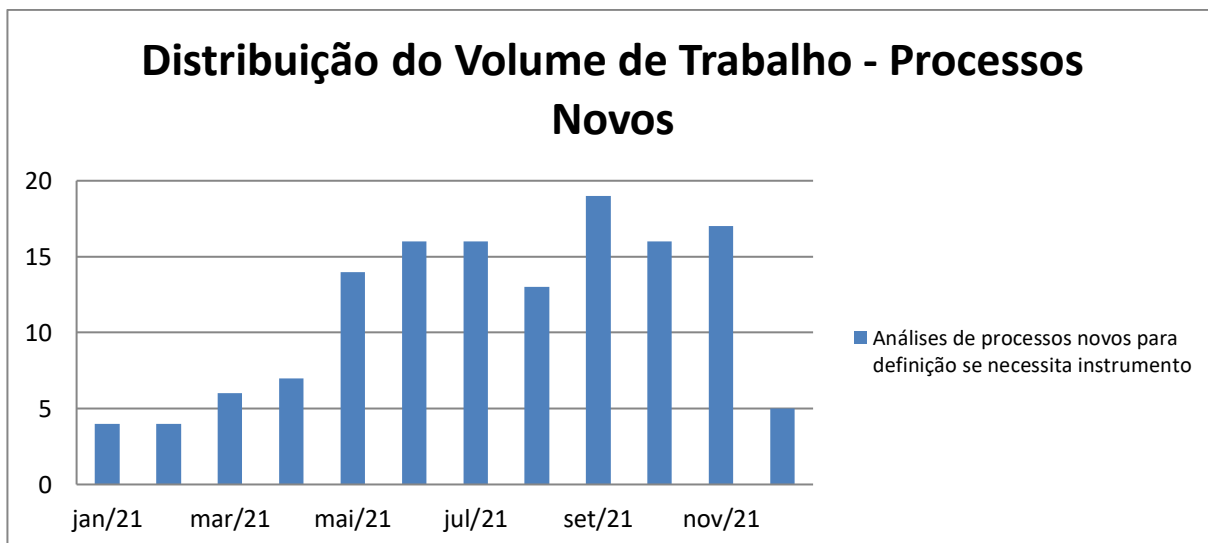
Analisando os dados apresentados na tabela x23, observa-se que foram assinadas 79 (sessenta e nove) Atas de Registro de Preços, representando a maior parte dos instrumentos contratuais formalizados. Esse tipo de instrumento possibilita que a Universidade mantenha um rol de Fornecedores Registrados, contudo não há obrigatoriedade na aquisição ou contratação do bem ou serviço, fazendo com que a Universidade emita ordem de compra somente quando se verifica a necessidade do material ou serviço.

Foram formalizados 45 (quarenta e cinco) aditivos, registrando-se uma queda de 18,18% na comparação com o exercício 2020. Esse valor ainda permanece elevado, superando, inclusive o número de 42 (quarenta e dois) contratos formalizados neste exercício.

Ressalta-se como positiva a continuidade na diminuição da quantidade de notificações expedidas, o que demonstra que os objetos contratados estão sendo executados com maior correção. As rescisões contratuais tiveram leve alta, contudo esse fato não representa um problema, uma vez que tais rescisões ocorreram principalmente em razão da pandemia causada pela Covid-19, com destaque para a impossibilidade de fornecer o bem/serviço pela elevação do preço em comparação ao valor registrado.

Comparando os indicadores de 2021 com os de 2020 verifica-se que, no geral, houve uma diminuição no quantitativo das atividades, o que pode ter sido ocasionada pela pandemia causada pela Covid-19. Vale destacar que a maior demanda de formalização de instrumentos contratuais concentrou-se no segundo semestre, onde se destaca o alto número de análise de novos processos nos meses de julho a novembro como demonstrado no Gráfico x2 a seguir:

Gráfico x2 – Distribuição do volume de trabalho – Processos Novos



Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores Contratos 2020 e 2021

Divisão de Patrimônio (DP)

Assim como as demais áreas, as atividades da Divisão de Patrimônio (DP) também sofreram grande impacto no ano de 2021, ainda devido aos efeitos da pandemia de Covid-19. Esse impacto é percebido, especialmente, nas incorporações, conforme tabela x24:

TABELA X24 – Dados relativos às incorporações realizadas pela Divisão de Patrimônio

Conta	Descrição	Quant.	Valor
123110505	Aeronaves	1	R\$ 19.140,00
123110301	Aparelhos e Utensílios Domésticos	9	R\$ 16.114,56
123110405	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	2	R\$ 1.755,00
123110125	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	38	R\$ 12.004,20
123110201	Equipamentos de Processamento de Dados	15	R\$ 52.207,74
123110303	Mobiliário Geral	96	R\$ 53.364,76
123110503	Veículos de Tração Mecânica	1	R\$ 19.921,00

Fonte: SIE – Relatório Código: 05.02.99.01.98 – Relatório Mensal de Bens Adquiridos por Classe.

Importante salientar que estes números refletem apenas os tombamentos, e não as aquisições em geral. Em razão da pandemia e, conseqüentemente, da suspensão das atividades presenciais, a Divisão de Patrimônio optou por realizar apenas os tombamentos considerados urgentes ou essenciais de forma a minimizar a presença física de técnicos administrativos e docentes nas dependências da UFABC. As incorporações relacionadas na Tabela x24 representam aquelas realizadas em caráter excepcional ao longo do ano.

Conforme Tabela x25, durante 2021 houve, ainda, os seguintes registros:

TABELA x25 – Outros dados relativos às atividades realizadas pela Divisão de Patrimônio

	Movimentações	Doações	Importações	Notas Fiscais	Baixas

Quantidade em bens	1080	18	0	143	0
Quantidade em termos	456	-	-	-	-
Valor		R\$ 76.099,73	R\$ 0,00	R\$ 98.407,52	R\$ 0,00

Fontes: SIE – Relatório Código: 05.02.99.01.49 – Relatório de Bens por Forma de Ingresso;
 SIE – Relatório Código: 05.02.99.02.93 – Detalhamento dos Termos de Movimentação do Período;
 SIE – Relatório Código: 05.02.99.02.94 – Termos de Movimentação do Período.

Ainda que no ano de 2021, em decorrência da pandemia, as incorporações tenham sido apresentadas em quantidade bem inferior aos exercícios anteriores, é possível observar que em termos monetários, as doações ainda representam nível de incorporações próximo a 44% do total.

Assim como no exercício de 2020, visando aprimorar as condições do trabalho remoto no contexto da suspensão das atividades presenciais da Universidade por tempo indeterminado, a Divisão de Patrimônio liberou para empréstimo, pelos servidores, alguns itens de mobiliário para auxiliar na execução dos trabalhos em *home office*. Conforme Tabela x26, foram liberados:

TABELA X26 – Dados relativos aos empréstimos para auxiliar os trabalhos em *home office*.

Item	Quantitativo
Poltronas	19
Descansos para os pés	06
Total	25

Fonte: SIE – Relatório Código: 05.02.99.02.93 – Detalhamento dos Termos de Movimentação do Período.

Conteúdos determinados pela portaria do TCU nº 90/2014:

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS DO QUADRO 1

As definições das linhas e colunas são aquelas atinentes às Leis nºs 4.320/64, 8.666/93, .472/97, 10.520/2002, e suas alterações, ao Decreto nº 93.872/1986 e à Portaria MPOG nº 265/2001.

Despesa Liquidada: Total de despesas que já passou pela fase de liquidação.

Despesa Paga: Total de despesas que já passou pela fase de pagamento.

Modalidade de Licitação: Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados nas sete (7) modalidades de licitação discriminadas abaixo:

Convite: É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três (3) pela UJ, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro (24) horas da apresentação das propostas;

Tomada de preços: É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;

Concorrência: É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de

qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto;

Pregão: Aquisição de bens e serviços nos termos da Lei n 10.520/2004;

Concurso: É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de quarenta e cinco dias;

Consulta: É a modalidade de licitação em que ao menos cinco pessoas, físicas ou jurídicas, de elevada qualificação, serão chamadas a apresentar propostas para fornecimento de bens ou serviços não comuns;

Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC: Instituído pela Lei 12.462/2011, é aplicável exclusivamente às licitações e aos contratos necessários à realização dos eventos especificados na Lei, a ações integrantes do PAC e as obras e serviços de engenharia no âmbito de sistemas públicos de ensino, sendo essa última possibilidade decorrente da Lei 12.722/2012.

Contratações Diretas: Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados nas duas (2) formas de contratações diretas discriminadas abaixo:

Dispensa: Montante de recursos empenhados nos termos do art. 24 da Lei nº 8.666/93;

Inexigibilidade: Montante de recursos empenhados nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Regime de Execução Especial: Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados mediante suprimento de fundos:

Suprimento de Fundos: Montante de recursos empenhados nos termos dos artigos 45, 46 e 47 do Decreto nº 93.872/86.

Pagamento de Pessoal: Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados nos dois (2) grupos de pagamento de pessoal discriminados abaixo:

Pagamento em Folha: Valores pagos a pessoal mediante folha de pagamento;

Diárias: Valores pagos a pessoal mediante diárias, inclusive a terceiros e parceiros.

Outros: Despesas que não se enquadram nas modalidades anteriores.

2.7 Créditos de Movimentação

A Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação contempla o quadro 2 com a mesma estrutura de informações daqueles referentes a créditos originários. A diferença entre os dois conjuntos está no fato de que o primeiro se refere à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA ou dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa e deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos. Assim, deixa-se de discriminar os quadros deste subitem, pois são semelhantes aos quadros explanados já detalhados associados à execução orçamentária de créditos originários da UFABC.

2.7.1 Preencha o quadro 2 considerando a soma de recursos recebidos por descentralização pela UFABC, dividindo-as em grupos totalizadores nos exercícios de 2021 e 2020.

Quadro 2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Unidade Orçamentária: Fundação Universidade Federal do ABC		Código UO: 26352		UGO: 154503	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga		
	2021	2020	2021	2020	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	12.600,00	-	12.600,00	-	
d) Pregão	12.600,00	-	12.600,00	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	1.494.874,51	111.000,00	1.494.874,51	37.000,00	
h) Dispensa	1.494.874,51	111.000,00	1.494.874,51	37.000,00	
i) Inexigibilidade	-	-	-	-	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.799,75	-	1.799,75	-	
k) Pagamento em Folha	1.799,75	-	1.799,75	-	
l) Diárias	-	-	-	-	
5. Outros	1.348.440,90	543.788,73	1.348.440,90	543.788,73	
6. Total (1+2+3+4+5)	2.857.715,16	654.788,73	2.857.715,16	580.788,73	

Fonte: ProAd/CGFC

2.7.2. Qual a análise que se faz a respeito da gestão da execução orçamentária dos créditos da UFABC demonstrada nos quadros 1 e 2, levando-se em consideração:

- a) principais razões de alterações observadas, tendo em vista o exercício anterior, na realização da despesa em relação aos montantes por modalidade de licitação;
- b) razões que determinaram as contratações em volume significativo via dispensa e inexigibilidade;
- c) efeitos na gestão orçamentária provocados pelas limitações de empenho e movimentação financeira ocorridas no exercício, destacando as consequências sobre os resultados planejados, bem como as razões que determinaram as escolhas sobre quais despesas as restrições recairiam;
- d) eventos internos e externos que prejudicaram ou facilitaram

a execução orçamentária da UFABC, tais como: problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental, examinando ainda a permanência dos efeitos provocados por estes eventos para o exercício seguinte.

Os dados apresentados no Quadro 1 demonstram que, a exemplo de 2020, a modalidade de licitação Pregão foi a mais utilizada pela UFABC em 2021. Referido fato se dá porque os bens e serviços contratados pela Universidade são, em sua maioria, considerados comuns. Assim, conforme previsto no § 1º, Art. 1º. do Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, a utilização dessa modalidade, em sua forma eletrônica, é obrigatória pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais. Sua utilização, amplia a concorrência, além de conferir maior celeridade e transparência aos processos de contratações, gerando maior economia ao erário.

As contratações nas modalidades convencionais (Convite, Tomada de Preços e Concorrência) são utilizadas quase que exclusivamente para contratação de serviços mais técnicos, onde há necessidade de análise e ponderação de critérios de técnica e preço ou quando há concessão de espaço público que gera receita e não despesa. Como pode ser observado no Quadro 1, desde 2017 não são registradas despesas liquidadas e pagas nas modalidades convencionais.

As contratações via Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), são utilizadas pelas instituições de ensino única e exclusivamente para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme parágrafo 3º, do Art. 1º, da Lei nº. 12.462, de 4 de agosto de 2011. Da mesma forma, como no caso dos Pregões, para o RDC também é dada preferência pela forma eletrônica, inclusive para licitações com critérios de julgamento por técnica e preço, de forma a ampliar a concorrência e gerar maior celeridade, transparência e economia às contratações.

Como pode ser observado na análise do Quadro 1, em 2021 os valores liquidados foram pagos em sua totalidade, podendo indicar um reflexo da política de repasse semanal de recursos financeiros, adotado nos últimos meses do exercício.

Comparando-se os exercícios de 2020 e 2021, as despesas liquidadas originárias de Licitações e Contratações Diretas tiveram aumento, respectivamente, de 67,62% e 60,16%. Mesmo com os reflexos da pandemia de Covid-19 e suspensão das atividades presenciais acadêmicas e administrativas, ao longo de 2020 e 2021 foram implantadas diversas ferramentas que conferiram melhores condições de trabalho remoto e, conseqüentemente, as demandas por bens, insumos e serviços foram retomadas.

De acordo com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, a Administração deve realizar suas contratações utilizando, sempre que possível, uma das modalidades licitatórias, sendo as Dispensas e Inexigibilidades exceções a essa regra. Desta forma, entende-se como natural que o volume de despesas liquidadas e pagas envolvendo Contratações Diretas seja inferior ao das Licitações em 75,54%.

Em comparação com o exercício de 2020, observa-se que as despesas liquidadas para pagamento de pessoal e as caracterizadas como “Outros” registraram redução de, respectivamente, 2,84% e 14,04%.

Constata-se na análise do Quadro 1 que, no geral, as despesas liquidadas registraram uma redução de 1,23%. Com relação às despesas pagas, identifica-se um aumento discreto de 4,65%. Essas variações se mostram inexpressivas, não sendo possível identificar os motivos que corroboraram com tais diferenças.

Analisando-se o Quadro 2, verifica-se que em 2021 foram registradas despesas liquidadas e pagas correspondentes aos itens “Contratações Diretas” e “Outros”, relacionadas às aquisições e contratações voltadas para o desenvolvimento tecnológico e científico, com recursos descentralizados pelo Ministério da Cidadania – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Comparando-se os exercícios de 2020 e 2021, no Quadro 2 observa-se aumento de 336,43% no volume de despesas totais das contratações liquidadas. Isso se deve pela liberação de projetos que estavam suspensos por causa da pandemia de Covid-19 e foram aprovados ou retomados em 2021. As importações de equipamentos realizadas no final do exercício utilizando recursos do FNDCT representam boa parte do aumento de 1.246,73% das contratações diretas.

Ressalta-se que os dados referentes às contratações por modalidade e sua variação entre os exercícios de 2020 e 2021 estão mais detalhados nos tópicos que tratam das atividades da Divisão de Aquisições e Contratações (DAC).

2.8 Transferência de Recursos

2.8.1 Preencha o quadro 3 a respeito dos valores das transferências vigentes no exercício de 2021. A informação deverá ser apresentada por concedente ou contratante, o conjunto de instrumentos de transferências vigentes no exercício, informando o tipo e identificação da transferência, a identificação do beneficiário, os valores e as contrapartidas pactuadas, os repasses efetuados no exercício e acumulados até o final do exercício, as datas de início e fim de vigência, considerados todos os termos aditivos, bem como a situação da transferência registrada no SIAFI ou outro sistema equivalente. Deve ser elaborado um quadro específico para cada concedente ou contratante que compor o Relatório de Gestão.

Observação:

Os instrumentos de transferência classificados como Termo de Parceria não devem ser tratados neste item, estes serão informados pela Assessoria de Cooperações Institucionais e Convênios - ACIC.

Quadro 3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em
31.12.2021

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome:										
CNPJ:				UG/GESTÃO:						
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados			Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida		No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
LEGENDA										
Modalidade:				Situação da Transferência:						
1 -	Convênio									1 - Adimplente
2 -	Contrato de Repasse									2 - Inadimplente
3 -	Termo de Cooperação									3 - Inadimplência Suspensa
4 -	Termo de Compromisso									4 - Concluído
										5 - Excluído
										6 - Rescindido
										7 - Arquivado
Fonte:										

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Unidade Concedente ou Contratante: preencher com a denominação ou a razão social, com o código da UG do SIAFI (se houver) e com o CNPJ (se houver) da UJ concedente ou contratante. Se o concedente ou contratante for um consórcio, deverão ser identificados todos os membros que o compõem.

Informações sobre as transferências voluntárias

Neste item, devem ser informados todos os instrumentos de transferências que tenham como polo ativo (contratante, concedente, etc.) uma UJ que estiver apresentando o Relatório de Gestão ou que componha o conjunto de unidades relacionadas no Relatório e que tenha vigido, por qualquer tempo, no exercício de 2021. Deve contemplar, inclusive, os instrumentos cuja vigência irá se prolongar para exercícios seguintes ao de referência. As informações prestadas deverão refletir a situação em 31.12.2021.

Modalidade: Identifica a modalidade de transferência realizada e deve ser preenchida com o código correspondente abaixo:

1 - Convênio: acordo ou ajuste que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de cooperação mútua;

2 - Contrato de Repasse: instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal atuando como mandatário da União;

3 - Termo de Cooperação: instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão ou entidade da Administração Pública Federal para outro órgão federal da mesma natureza ou autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente;

4 - Termo de Compromisso: instrumento pelo qual é realizada a transferência obrigatória de recursos para o PAC, nos termos da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

Nº do Instrumento: número pelo qual o instrumento utilizado para a transferência (contrato, convênio, termo, etc.) é identificado nos controles da UJ ou nos sistemas pertinentes.

Beneficiário: informar o CNPJ, CPF ou UG (não informar o nome) do beneficiário caso seja pessoa jurídica, pessoa física ou órgão da administração, respectivamente.

Valores Pactuados: informar os valores pactuados no ato da assinatura do instrumento, conforme a seguir:

- Global: informar o valor total pactuado, considerados todos os termos aditivos ao termo original da transferência;
- Contrapartida Pactuada: Valor da contrapartida em Reais (R\$). Caso a contrapartida seja não financeira (efetuada em bens e serviços) deve-se fazer a conversão em moeda de acordo com as cláusulas do instrumento.

Valores repassados: informar os valores repassados relativamente a cada um dos instrumentos de transferência, observando-se o seguinte:

- No exercício: informar, para cada instrumento de transferência, o valor total de

recursos transferidos no exercício de referência do relatório de gestão;

- Acumulado até o exercício: informar, para cada instrumento de transferência, o valor total dos recursos transferidos em qualquer época de sua vigência, acumulado até o final do exercício de referência do Relatório de Gestão.

Vigência: A vigência está dividida em dois (2) campos: Início – correspondendo a data de início da execução do instrumento de transferência; e Fim – correspondendo a data prevista para o seu término, considerando-se todos os termos aditivos.

Situação: Informar a situação de cada instrumento de transferência de acordo com a classificação a seguir, considerando a situação em 31 de dezembro do exercício de referência do relatório:

1 - Adimplente: indica que a transferência voluntária está em execução normal em 31.12.2021;

2 - Inadimplente: indica que o conveniente encontra-se inadimplente perante o concedente, em 31.12.2021, seja pelo descumprimento de prazos, seja pela falta de apresentação de documentação necessária à prestação de contas;

3 - Inadimplência Suspensa: indica que um convênio que, anteriormente inadimplente, teve a inadimplência suspensa em razão de recursos administrativo ou judicial;

4 - Concluído: indica que o convênio foi concluído a termo dentro do exercício de referência;

5 - Excluído: indica que o instrumento foi excluído em razão de ter sido cadastrado com erro ou indevidamente;

6 - Rescindido: indica que o instrumento foi rescindido por descumprimento de cláusulas pactuadas, principalmente em razão de: a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho; b) aplicação dos recursos no mercado financeiro; e c) falta de apresentação das Prestações de Contas Parciais e Final, nos prazos estabelecidos;

7 - Arquivado: indica que o convênio foi arquivado nos termos do artigo 17 do Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007, ou nos termos da IN TCU nº 71/2012.

2.10. Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

2.10.1. De maneira geral, de que forma a UFABC realiza a gestão dos valores inscritos em restos a pagar?

A inscrição e reinscrição dos empenhos em Restos a Pagar são baseadas na legislação que regulamenta esse tipo de despesa. A Coordenação de Gestão Financeira e Contábil (CGFC) trabalha no controle dos saldos e realiza a análise e o controle dos empenhos, periodicamente, com vistas à utilização desses recursos pelas áreas demandantes ou cancelamento dos saldos que eventualmente restam após a utilização.

2.10.2 Preencha o quadro com informações quantitativas sobre restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, vigentes no exercício de 2021.

Quadro 6 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Não Processados

Ano de Inscrição	Montante 01/01/2020	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2021	Resolução
2020	41.147.322,20	18.727.422,66	475.115,74	21.944.783,80	-46,67%
2019	15.159.914,44	7.758.303,11	482.873,67	6.918.737,66	-54,36%
2018	719.405,68	313.112,28	202.062,80	204.230,60	-71,61%
2017	-	-	-	-	0,00%
2016	584.031,41	391.687,45	-	192.343,96	-67,07%
Total	57.610.673,73	27.190.525,50	1.160.052,21	29.260.096,02	-49,21%
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2020	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2021	Resolução
2020	15.916.106,82	15.790.114,67	-	125.992,15	-99,21%
2019	241.970,77	92.598,00	42.400,00	106.972,77	-55,79%
2018	-	-	-	-	0,00%
2017	-	-	-	-	0,00%
2016	2.897,43	-	-	2.897,43	0,00%
2015	18.311,21	-	-	18.311,21	0,00%
2014	42.351,07	-	-	42.351,07	0,00%
Total	16.221.637,30	15.882.712,67	42.400,00	296.524,63	-98,17%

Fonte: ProAd/CGFC

Portaria TCU nº 90/2014

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS DO QUADRO 6

As informações do Quadro 6 referem-se aos restos a pagar, vigentes em 1º/1/2021, ou seja, inscritos em outros exercícios e que permaneceram válidos em janeiro de 2021.

Restos a Pagar Processados: Montante dos valores inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2021, e que já tenham passado pelo processo de liquidação da despesa. Inclui os valores que originalmente foram inscritos em restos a pagar não processados, mas que já passaram pelo processo de liquidação da despesa. Ex: Valor inscrito em 2018 em restos a pagar não processado, que tenha passado pelo processo de liquidação em 2020, sem o correspondente pagamento, constará do quadro referente a 2021 como “Restos a Pagar Processado”, conforme registro SIAFI.

Restos a Pagar não Processados: Montante dos valores inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2021, que não tenham passado pelo processo de liquidação da despesa até 1º/1/2021.

Ano de Inscrição: Ano no qual ocorreu a inscrição dos restos a pagar vigentes em 1º/1/2021. Devem ser relacionados todos os anos de inscrição de restos a pagar vigentes em 2021;

Montante 1º/1/2021: Montante do valor de restos a pagar vigente em 1º/1/2020 por ano de inscrição. Em algumas situações representará o “saldo” dos valores que forem inscritos em determinado exercício, mas que ainda não foram pagos ou liquidados. Ex: Caso tenha sido inscrito ao final de 2018 o valor de vinte mil reais em restos a pagar processados e tenha sido pago, no decorrer de 2020, o valor de quinze mil reais, não ocorrendo cancelamento de nenhum valor e continuando vigente o crédito, o montante a ser informado no quadro será de cinco mil reais na linha referente à inscrição 2018.

Cancelamento: Somatório dos valores de restos a pagar cancelados no decorrer do exercício do relatório de gestão;

Pagamento: Somatório dos valores pagos pela UJ a título de restos a pagar no

decorrer do exercício do relatório de gestão;

Saldos a Pagar em 31/12/20: Representa o saldo dos restos a pagar que não foram cancelados ou pagos. Constitui o resultado da seguinte equação:

Saldo em 31/12/2021 = Montante 01/01/2022 - Pagamento – Cancelamento

2.10.3 Qual análise se faz da gestão dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores considerando:

a) os impactos porventura existentes na gestão financeira no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores;

b) as razões e/ou circunstâncias que fundamentam a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro sem pagamento, caso existente, inclusive no que se refere a possível descumprimento do que preconiza a Lei 4320/64 quando de sua inscrição, notadamente quanto à necessidade de existência de obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, para caracterização da existência do empenho, conforme entendimento que fundamentou o Acórdão 2659/2009- TCU- Plenário;

c) a existência de registro no SIAFI como “vigentes” de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de 2021 sem que sua vigência tenha sido prorrogada.

A inscrição de empenhos de 2021 para a condição de Restos a Pagar Não Processados em 2022, assim como a reinscrição de empenhos anteriores a 2020, estão em conformidade com a legislação vigente.

Ao longo dos anos a ProAd, por intermédio da Divisão de Contabilidade, tem analisado todos os empenhos inscritos em Restos a Pagar Não Processados e, junto com as respectivas áreas demandantes, realizou a execução ou o devido cancelamento dos mesmos. Analisando o Quadro 6 observa-se que foram resolvidos 49,21% dos Restos a Pagar Não Processados, sendo pagos 47,20% e cancelados 2,01%.

O Decreto nº 9.428, de 28 de junho de 2018 definiu, em resumo, o dia 31 de dezembro de cada ano como sendo o prazo final para a execução dos empenhos reinscritos em Restos a Pagar Não Processados. Assim, em 31 de dezembro de 2021 esses empenhos emitidos até 2018 e que ainda possuíam saldo foram cancelados. Os saldos restantes, referentes aos exercícios de 2016 e 2018, tratam de despesas liquidadas e não pagas até o final do exercício de 2021, que serão transformados em Restos a Pagar Processados no exercício de 2022.

Os Restos a Pagar Não Processados reinscritos, relativos aos exercícios anteriores a 2021, que representam 50,79% do saldo a pagar registrado em 31 de dezembro de 2021, têm em sua maior parcela (91,23%) despesas de investimentos, composta por empenhos referentes às obras em andamento na UFABC.

No Quadro 6 observa-se que foram resolvidos 98,17% dos Restos a Pagar Processados, sendo pagos 97,91% e cancelados 0,26%.

Importante destacar que os Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores a 2019 apresentavam como beneficiárias, em sua maioria, empresas que têm pendências administrativas ou judiciais com a UFABC, procedendo-se a retenção de seus pagamentos até a resolução das mesmas.

2.11. Suprimento de Fundos

2.11.1. De maneira geral, de que forma a UFABC realiza a gestão de suprimentos de fundos?

A concessão e a gestão de suprimentos de fundos são feitas visando a atender a necessidade das áreas em relação à utilização deste recurso como modalidade de contratação e tem sido pautada pelo atendimento à legislação específica.

A utilização é feita por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF), uma vez que a legislação não permite o uso da Conta Tipo B nas instituições de características similares à UFABC.

2.11.2 Preencha o quadro 7 demonstrando a despesa consolidada com suprimentos de fundos realizada com utilização da Conta Tipo “B” e do cartão corporativo.

Quadro 7 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão		Valor do maior limite individual concedido
			Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	
2021	154503	UFABC	1	1.000,00	1.000,00
2020	154503	UFABC	2	2.000,00	1.000,00
2019	154503	UFABC	4	3.800,00	2.100,00

Fonte: ProAd/CGFC

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Exercício Financeiro: Exercício financeiro de concessão do limite a ser utilizado como suprimento de fundos, considerando o de referência do Relatório de Gestão e os dois imediatamente anteriores.

Unidade Gestora (UG) do SIAFI: Informação do código e do nome ou sigla que identifique a unidade gestora do SIAFI na qual foi concedido o suprimento. Devem ser relacionadas todas as UG da UJ em que tenha sido registrado suprimento.

Meio de Concessão

Conta Tipo B: Conta bancária destinada à movimentação de suprimento de fundos, desdobrada por:

- **Quantidade:** quantitativo anual de suprimento de fundos concedido ao conjunto de supridos de cada UG da UJ, no respectivo exercício financeiro, para realizarem a aplicação de recursos utilizando-se da Conta Tipo B. Devem ser computados, inclusive, os suprimentos concedidos a um mesmo responsável em períodos diferentes durante o exercício.

- **Valor Total:** montante financeiro anual concedido aos supridos de cada UG que compõe UJ para a realização de despesas com a utilização da Conta Tipo B.

Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF): emitido em nome de UG, destinado a representante do Governo Federal para pagamento de bens, serviços e

despesas autorizadas, desdobrando-se em:

- **Quantidade:** quantitativo anual de suprimento de fundos concedido ao conjunto de supridos de cada UG que compõe a UJ, nos respectivos exercícios financeiros, para realizarem a aplicação de recursos utilizando-se do CPGF. Devem ser computados, inclusive, os suprimentos concedidos a um mesmo responsável em períodos diferentes durante o exercício.
- **Valor Total:** montante financeiro anual concedido aos supridos de cada UG que compõe UJ para a realização de despesas com a utilização do CPGF.

Valor do maior limite individual concedido: Informar o valor do maior limite concedido aos supridos. Se o maior limite concedido for superior ao estabelecido pelas normas que regem a concessão de suprimento de fundos, o fato deve ser explicado e justificado no texto relativo à análise crítica.

2.12. Utilização de Suprimento de Fundos

O quadro 8 abaixo correspondente ao segundo demonstrativo e visa evidenciar os valores efetivamente utilizados a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como a quantidade de vezes que suprimento foi utilizado na modalidade de Conta Tipo B e de saques efetuados na modalidade CPGF, no exercício de referência e no imediatamente anterior.

2.12.1 Preencha o quadro 8 com informações sobre valores efetivamente utilizados a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF.

Quadro 8– Utilização de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
			Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2021	154503	UFABC	0	-	-	-
2020	154503	UFABC	0	-	328,69	328,69
2019	154503	UFABC	1	150,00	2.975,68	3.125,68

Fonte: ProAd/CGFC

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Exercício: Exercício financeiro em que as despesas foram realizadas com uso de suprimento de fundos, considerando o de referência do relatório de gestão e o imediatamente anterior.

Unidade Gestora (UG) do SIAFI: Informação do código e do nome ou sigla que identifique a unidade gestora do SIAFI na qual foi registrado o uso do suprimento. Devem ser relacionadas todas as UG da UJ em que tenha sido registrado suprimento.

Conta Tipo B: Informações sobre a utilização de suprimento por intermédio de conta bancária específica, desdobrando-se em:

- **Quantidade:** quantitativo anual de utilização de suprimento de fundos pelo conjunto de supridos de cada UG da UJ, no respectivo exercício financeiro, por intermédio de Conta Tipo B. A quantidade de utilização deve corresponder à quantidade de débitos efetuados na conta bancária.

- **Valor Total:** montante financeiro anual efetivamente utilizado pelos supridos de cada UG que compõe UJ para a realização de despesas com a utilização da Conta Tipo B. As eventuais devoluções de valores devem ser deduzidas.

Cartão de Pagamento do Governo Federal: Informações sobre a utilização de suprimento por intermédio do CPGF, desdobrando-se em:

Saque: Informação sobre o somatório anual dos recursos financeiros sacados em espécie pelo conjunto de portadores de cartão de crédito corporativo de cada UG que compõe a UJ:

Quantidade: quantitativo anual das operações realizadas pelo conjunto de portadores da UG da UJ, nos respectivos exercícios financeiros, com a utilização do cartão corporativo na modalidade de saque.

Valor: montante financeiro anual dos saques efetuados pelos portadores de cartão corporativo de cada UG da UJ.

Fatura: Informação sobre o uso anual do CPGF em transações da função crédito pelo conjunto de portadores de cartão de crédito corporativo de cada UG que compõe a UJ:

Valor: montante financeiro anual, despendido pelos portadores de cada UG da UJ para a realização de despesas com a utilização do cartão de crédito corporativo, na modalidade fatura.

Total: Somatório dos valores utilizados pelo conjunto dos portadores de CPGF de cada UG da UJ, em Real, na modalidade de saque e na função crédito do cartão, no exercício de referência e no imediatamente anterior.

2.12.2 Preencha o quadro 9 a fim de evidenciar os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimentos de fundos.

Quadro 9 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Unidade Gestora (UG) do SIAFI: Informação do código e do nome ou sigla que

identifique a unidade gestora do SIAFI na qual a despesa com uso de suprimento de fundos foi registrada. Devem ser relacionadas todas as UG da UJ em que tenha sido registrado uso de suprimento em qualquer modalidade.

Classificação do Gasto: Identificação do montante gasto com suprimento de fundos, em qualquer modalidade e por intermédio de qualquer meio (Conta Tipo B e CPGF), em cada elemento e subitem de despesa, considerando cada UG que compõe a UJ.

Elemento de Despesa: Indicação do objeto de gasto em que foi aplicado o suprimento de fundos em cada UG da UJ. Devem ser indicados o código e o nome do Elemento de Despesa. Cada Elemento de Despesa em que foram aplicados os fundos supridos podem se desdobrar em subitens, os quais devem ser especificados conforme coluna a seguir;

Subitem da Despesa: Indicação do menor detalhamento da despesa efetuado com uso do suprimento de fundos. Devem ser indicados o código e o nome do Subitem da Despesa;

Total: Montante gasto em cada Subitem da Despesa, em cada UG que compõe a UJ. Pode-se totalizar, também, por Elemento de Despesa.

2.12.3. Qual análise se faz dos quadros 08 a 09, a respeito da gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimentos de fundos? Consignando inclusive informações sobre controles internos instituídos para assegurar que a aplicação de tais recursos está em conformidade com a legislação vigente.

Os quadros 7 e 8 demonstram que a quantidade de suprimentos de fundos concedidos aos servidores da UFABC vem diminuindo gradativamente nos últimos anos, sendo que em 2021 houve pouca procura por força da pandemia e suspensão das atividades presenciais. Em 2021 não houve gastos no cartão de suprimento de fundos, tanto na modalidade saque quanto na fatura, dispensando-se o preenchimento do Quadro 9 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.

Mesmo considerando uma instituição do porte da UFABC, a utilização de suprimento de fundos para aquisições de pequeno vulto e emergenciais tem sido pequena, não chegando a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por exercício nos últimos anos e sem registro de uso no ano de 2021.

A CGFC promove rigoroso controle sobre a utilização desse meio de pagamento, destacando-se o suporte dado ao usuário quando da utilização efetiva do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF), tendo como base a legislação vigente. O alcance desse controle é a aprovação de todas as prestações de contas advindas de sua utilização.

2.12.4 Ainda em relação aos quadros 08 a 09, quais as razões que levaram o gestor a optar pelo uso de medidas excepcionais tais como saques, uso de conta bancária, extrapolação de limites etc.? Detalhando também a situação geral das prestações de contas retratando, em especial, as razões para eventual não apreciação de prestações de contas já apresentadas e as medidas adotadas em relação às prestações de contas não aprovadas.

No exercício de 2021 não houve gastos no cartão de suprimento de fundos, em

nenhuma de suas formas, razão pela qual o Quadro 9 não foi preenchido e não existe pendências de prestações de contas.

2.13. Patrimônio

2.13.1. Quais foram as medidas, critérios e procedimentos para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da UFABC? Deve-se considerar os critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente.

A depreciação dos ativos permanentes móveis tem sido parcialmente realizada, uma vez que existem divergências entre os saldos das contas do controle físico patrimonial e os valores contabilizados.

Todos os patrimônios têm tido suas respectivas depreciações calculadas individualmente, mas apenas as contas que apresentam perfeita consonância com os valores lançados no SIAFI têm sido apresentadas junto à contabilidade.

Os saldos das contas do controle físico patrimonial foram analisados e as diferenças estão em adequação, contudo os efeitos da pandemia de Covid-19 impediram a apuração física dos bens em processamento. Inclusive, os novos tombamentos tiveram que ser realizados apenas em caráter excepcional, gerando novas distorções, que serão devidamente apuradas assim que os trabalhos presenciais estiverem normalizados.

As contas de bens móveis que apresentam seus valores gerenciais em condições de igualdade com a sua contabilização e são integralmente depreciadas são as da Tabela x27 a seguir:

TABELA x27 – Contas que sofrem depreciação e estão ajustadas ao SIAFI

Código	Descrição
123110104	Aparelho e Equipamento para Esportes e Diversões
123110105	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro
123110404	Instrumentos Musicais e Artísticos
123110106	Máquinas e Equipamentos Industriais
123110108	Máquinas e Equipamentos Gráficos
123110302	Máquinas e Utensílios de Escritório
123110121	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos
123110120	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários
123110503	Veículos de Tração Mecânica

Fonte: SIE - Relatório Código: 05.02.99.04.92 - Relatório de Depreciação de Todas as Categorias

Os cálculos para a depreciação obedecem ao método das quotas constantes compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicado uniformemente durante esse período.

2.14. Gestão de Custos

2.14.1 Qual o estágio de desenvolvimento e da sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, bem como dos bens e serviços resultantes da atuação da UFABC, especialmente aqueles decorrentes da execução dos seus objetivos estratégicos?

Considerando:

- a) a identificação da estrutura orgânica da unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso;
- b) a identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados;
- c) a descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos;
- d) as práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos;
- e) os impactos observados na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos;
- f) os relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão.

Salvo o controle orçamentário, não há, no âmbito da Instituição, qualquer outra sistemática de apuração dos custos de programas e das unidades administrativas resultantes da atuação da UFABC.

2.15. Conformidade Contábil

2.15.1 De que forma é realizada a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada? Levando em consideração:

- a) a descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UFABC, identificando a instância responsável pela realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade;
- b) as informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício;
- c) a descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de 2015 do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização?

A conformidade contábil relativa à gestão orçamentária, financeira e patrimonial é realizada por servidores destacados para o cumprimento dessa função, os quais não executam rotinas de execução orçamentária e financeira.

As ocorrências relativas às inconformidades encontradas, quando da execução da rotina orçamentária, financeira e patrimonial são tempestivamente sanadas. Não há, ao final do exercício de 2021, qualquer inconformidade não sanada.

A estrutura e a rotina de realização da conformidade dos registros de gestão foram analisadas pela Auditoria Interna da UFABC, a qual emitiu parecer favorável.

2.15.2 Quais os critérios e procedimentos, estabelecidos pelas Normas

Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aplicados na UFABC, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.? As informações prestadas devem conter, no mínimo:

- a) Se a UFABC está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;
- b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;
- c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;
- d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;
- e) As taxas utilizadas para os cálculos;
- f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;
- g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UFABC no exercício.

A Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.9 dispõe sobre a depreciação, amortização e exaustão dos bens da União. A depreciação dos bens lotados na UFABC foi parcialmente realizada em 2021, uma vez que os saldos das contas do controle físico patrimonial estão em desacordo com os valores contabilizados.

A metodologia de cálculo utilizada é o da depreciação linear do ativo, conforme determina a macrofunção 02.03.30/STN. As taxas utilizadas no cálculo e a metodologia adotada para estimar a vida útil do ativo são as mesmas da legislação citada.

Em relação ao disposto na NBC T 16.10, que versa sobre avaliação e mensuração de ativos, não foram realizadas ações de reavaliação dos materiais permanentes, e conseqüentemente, não há registro de impacto.

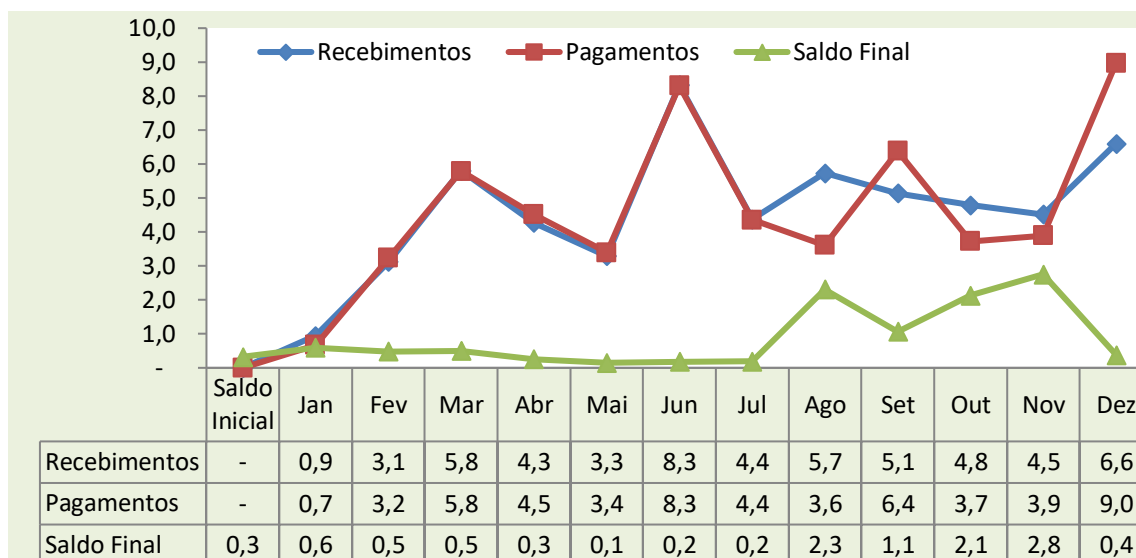
2.16. Desempenho Financeiro

2.16.1 Descreva o desempenho financeiro da UFABC no exercício demonstrando os resultados obtidos pela Universidade na condução da sua gestão financeira e faça a análise crítica sobre esse desempenho, observando os seguintes pontos:

- a) Deve-se buscar demonstrar as informações relevantes sobre o fluxo financeiro de forma a demonstrar a compatibilidade e sincronismo entre ingressos e dispêndios financeiros;
- b) Deve-se detalhar as eventuais dificuldades enfrentadas pela área na sua gestão tais como contingenciamento, limitação de gastos, dificuldade de estimação dos ingressos;
- c) Apresentar os indicadores para o monitoramento do desempenho financeiro, caso houver.

Em regra, os recursos financeiros foram repassados mensalmente com base nos compromissos liquidados, sendo os pagamentos efetuados de forma contínua ao longo do exercício de 2021, com algumas oscilações nos últimos meses. Contudo, foi possível finalizar o exercício com poucos pagamentos pendentes e uma parcela inexpressiva de recursos financeiros disponíveis, conforme pode-se observar na análise do gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Liberação e utilização de recursos financeiros (Valores em R\$ 1.000.000,00)



Fonte: Comissão de Natureza Orçamentária e Administrativa (CANOA) - Relatório Orçamentário e Financeiro 2021

2.17. Demonstrações Contábeis

2.17.1 Apresente, se for o caso as Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas observando os seguintes pontos:

- a) Caso a UFABC não tenha elementos para elaboração das demonstrações estabelecidas nas normas poderão ser elaborados quadros especiais relativos às informações contábeis de determinado aspecto de sua gestão;
- b) Caso não seja possível a elaboração das demonstrações contábeis ou quadros especiais por alguma deficiência operacional (de sistemas, por exemplo), a unidade excepcionalmente neste exercício, poderá apresentar as justificativas da não apresentação e demonstrar as medidas que estão sendo adotadas para a regularização na prestação de contas do exercício seguinte.

As demonstrações contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrativo das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrações de Fluxos de Caixa, bem como as Notas Explicativas e a Declaração do Contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no SIAFI – com ressalvas, estão compiladas em documento distinto, no formato *.pdf, como ANEXO II. Destaca-se que o mesmo documento foi remetido aos órgãos superiores através do SIAFIWeb.

2.18. Declaração do Contador

2.18.1 Preencha a “declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI”, sendo que são apresentadas duas sugestões de estrutura da declaração: uma para a declaração plena, quando as demonstrações contábeis e os registros contábeis estão livres de distorções relevantes; outra para a declaração com ressalvas, quando as demonstrações contábeis ou os registros contábeis estão afetados por alguma distorção relevante.

Conforme informado anteriormente, a Declaração do Contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no SIAFI – com ressalvas, está

sendo apresentada junto ao ANEXO II.

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS (Comum aos Quadros 10 e 11)

Conteúdos determinados pela Portaria TCU Nº 321/2015:

Denominação completa: A denominação da UJ depende da sua natureza jurídica. Em se tratando de órgão da administração direta ou fundos ou serviços sociais autônomos, será a denominação definida no ato de criação ou na norma que fixar a estrutura orgânica do órgão superior. No caso de se tratar de entidade da administração indireta será a denominação aposta nos registros de constituição da UJ como pessoa jurídica.

Código da UG: É o código das UG constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que o utilizam em sua modalidade total.

Texto da Declaração: É o campo destinado ao registro da declaração do Contador, segundo os quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 deste item, conforme a situação das demonstrações contábeis.

Local: Localidade da federação onde se situa a UJ e/ou onde a Declaração foi elaborada.

Data: Dia, mês e ano de elaboração da Declaração.

Contador Responsável: Nome do Contador responsável pela contabilidade da UJ e pela emissão da Declaração.

CRC nº: Número do registro do Contador junto ao Conselho Regional de Contabilidade

2.19. Geral

2.19.1 Para além dos temas apontados aqui, se achar pertinente, pode descrever outros processos, iniciativas ou ações sob sua responsabilidade que avalia importante destacar como relevante em 2021.

Um ponto de destaque ao longo de 2021 foi a participação da ProAd no Grupo de Trabalho (GT), instituído pela Reitoria, conforme Portaria nº 1519/2021 - REIT, publicada no Boletim de Serviço n. 1023, de 19 de fevereiro de 2021, tendo sido prorrogado pelas seguintes Portarias: n. 1712/2021 - REIT, n. 1905/2021 - REIT e n. 1993/2021 - REIT, publicadas nos Boletins de Serviço, respectivamente, n. 1048, de 14 de maio de 2021, n. 1074, de 17 de agosto de 2021 e n. 1090 de 19 de outubro de 2021.

Referido GT teve por objetivo estudar e propor meios para processamento, formalização e gestão de projetos acadêmico-institucionais que possuam diferentes fontes de financiamento e instrumentos jurídicos, com a perspectiva de atender a necessidade de melhoria nos processos para viabilização de projetos. Foram realizados 23 (vinte e três) encontros virtuais ao longo do ano de 2021, tendo como resultado o relatório finalizado em dezembro de 2021 e seu devido encaminhamento para a Reitoria para adoção das providências cabíveis.

Outro ponto de destaque refere-se à participação da ProAd na formação do Grupo de Trabalho (GT) nomeado pela Portaria nº 1493/2021 - REIT, publicada no Boletim de Serviço nº 1022, de 12 de fevereiro de 2021 e reconduzido pela Portaria nº 1713/2021 – REIT, publicada no Boletim de Serviço nº 1048, de 12 de maio de 2021. O referido GT foi nomeado para apresentação de proposta quanto às ações necessárias ao tratamento de informações sensíveis previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no âmbito da UFABC. O tema foi discutido entre seus membros e, em agosto

de 2021, o Relatório Final foi encaminhado à Reitoria para ciência e adoção das medidas cabíveis.

Algumas ações identificadas pelo grupo, tal como a necessidade de orientação da correta forma de classificação da natureza dos documentos produzidos, foram colocadas em prática, de forma a atender a legislação e preservar os dados pessoais de membros da comunidade. Outras recomendações aguardam retorno da Reitoria quanto ao Relatório Final, por depender de uma ação mais ampla.

A ProAd participou, ainda, de reuniões semanais do Comitê de Governança, Riscos e Controle, instituído pela Portaria da Reitoria nº 121/2017, publicada no Boletim de Serviço nº 633, de 07 de março de 2017, com destaque para as reuniões em que foram validadas as respostas ao “Questionário Rede de Controle Sobre Fraude e Corrupção”, “Pesquisa de Gestão de Riscos” e o “Perfil de Governança e Gestão Pública – Ciclo 2021”.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26352 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	22.983.177,09	39.524.395,23	PASSIVO CIRCULANTE	66.877.793,93	77.250.161,83
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.369.745,96	17.526.221,70	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	24.938.032,36	40.269.790,63
Créditos a Curto Prazo	608.419,62	18.889.655,38	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	608.419,62	18.889.655,38	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	736.202,69	267.888,85
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	4.005.011,51	3.108.518,15	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	41.203.558,88	36.712.482,35
ATIVO NÃO CIRCULANTE	835.715.714,91	821.478.904,73	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	66.877.793,93	77.250.161,83
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2021	2020
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	830.579.851,50	816.339.271,03	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	225.089.371,77	219.383.320,73	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	226.801.853,55	220.982.336,04	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.712.481,78	-1.599.015,31	Resultados Acumulados	791.821.098,07	783.753.138,13
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	8.067.959,94	-10.715.521,24
Bens Imóveis	605.490.479,73	596.955.950,30	Resultados de Exercícios Anteriores	783.753.138,13	794.468.659,37
Bens Imóveis	605.490.479,73	596.955.950,30	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	791.821.098,07	783.753.138,13
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	5.135.863,41	5.139.633,70			
Softwares	5.135.613,41	5.139.383,70			
Softwares	5.135.613,41	5.139.383,70			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	250,00	250,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	250,00	250,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/01/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26352 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	858.698.892,00	861.003.299,96	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	858.698.892,00	861.003.299,96

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	18.369.745,96	17.526.221,70	PASSIVO FINANCEIRO	76.352.944,66	73.832.311,03
ATIVO PERMANENTE	840.329.146,04	843.477.078,26	PASSIVO PERMANENTE	48.936.254,18	61.028.524,53
			SALDO PATRIMONIAL	733.409.693,16	726.142.464,40

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	23.174.812,15	15.109.950,85	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	91.297.055,04	98.289.203,74
Atos Potenciais Ativos	23.174.812,15	15.109.950,85	Atos Potenciais Passivos	91.297.055,04	98.289.203,74
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	23.174.812,15	15.109.950,85	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	203.000,00	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	91.094.055,04	98.289.203,74
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	23.174.812,15	15.109.950,85	TOTAL	91.297.055,04	98.289.203,74

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-46.715.426,91
Recursos Vinculados	-11.267.771,79
Educação	-9.700.045,37
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-400.223,17
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	-1.167.503,25
TOTAL	-57.983.198,70



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26352 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	337.776.338,93	318.108.458,87
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	691.790,90	785.459,30
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	691.790,90	785.459,30
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	2.049,13
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	2.049,13
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	334.961.525,95	315.651.451,16
Transferências Intragovernamentais	334.671.197,58	315.651.451,16
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	290.328,37	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.029.530,20	1.575.813,62
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	93.379,62	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.936.150,58	1.575.813,62
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	93.491,88	93.685,66
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26352 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	93.491,88	93.685,66
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	329.708.378,99	328.823.980,11
Pessoal e Encargos	274.708.638,62	277.798.815,25
Remuneração a Pessoal	214.260.783,16	220.400.170,39
Encargos Patronais	50.128.429,39	47.719.720,88
Benefícios a Pessoal	10.319.426,07	9.678.923,98
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.497.611,96	6.104.592,13
Aposentadorias e Reformas	3.702.948,02	3.360.305,83
Pensões	672.687,96	588.904,94
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.121.975,98	2.155.381,36
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	27.072.540,18	24.070.685,42
Uso de Material de Consumo	707.256,88	1.177.974,42
Serviços	26.251.816,83	22.779.244,53
Depreciação, Amortização e Exaustão	113.466,47	113.466,47
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	32.707,59	25.372,81
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	32.707,59	24.673,26
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	699,55
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	351.895,85	122.852,52
Transferências Intragovernamentais	247.484,01	12.485,75
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	54.442,55	55.186,55
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	49.969,29	45.488,49
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	9.691,73
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.286.583,28	3.953.485,50
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	6.286.583,28	3.953.485,50
Desincorporação de Ativos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26352 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Tributárias	1.197,35	887,05
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	1.197,35	887,05
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	14.757.204,16	16.747.289,43
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	14.740.212,60	16.746.540,21
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	16.991,56	749,22
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	8.067.959,94	-10.715.521,24

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2021	2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26352 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.160.874,00	2.160.874,00	754.239,92	-1.406.634,08
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	760.644,00	760.644,00	38.343,77	-722.300,23
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	760.644,00	760.644,00	38.343,77	-722.300,23
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	1.298.248,00	1.298.248,00	653.447,13	-644.800,87
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.264.523,00	1.264.523,00	566.948,70	-697.574,30
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	33.725,00	33.725,00	86.498,43	52.773,43
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	101.982,00	101.982,00	62.449,02	-39.532,98
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	89.702,00	89.702,00	66,62	-89.635,38
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	12.280,00	12.280,00	62.382,40	50.102,40
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	169.247.334,00	169.247.334,00	-	-169.247.334,00
Operações de Crédito	169.247.334,00	169.247.334,00	-	-169.247.334,00
Operações de Crédito Internas	169.247.334,00	169.247.334,00	-	-169.247.334,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/01/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26352 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	171.408.208,00	171.408.208,00	754.239,92	-170.653.968,08
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	171.408.208,00	171.408.208,00	754.239,92	-170.653.968,08
DEFICIT			337.334.318,01	337.334.318,01
TOTAL	171.408.208,00	171.408.208,00	338.088.557,93	166.680.349,93
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	1.943.576,00	-	-1.943.576,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	1.943.576,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	321.673.131,00	321.636.707,00	322.629.696,07	306.728.328,75	289.681.609,27	-92.989,07
Pessoal e Encargos Sociais	265.175.310,00	267.118.886,00	265.841.509,19	265.840.005,25	249.777.619,72	1.277.376,81
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	56.497.821,00	54.517.821,00	56.788.186,88	40.888.323,50	39.903.989,55	-2.270.365,88
DESPESAS DE CAPITAL	1.581.372,00	3.561.372,00	15.458.861,86	1.663.550,58	1.610.624,65	-11.897.489,86
Investimentos	1.581.372,00	3.561.372,00	15.458.861,86	1.663.550,58	1.610.624,65	-11.897.489,86
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	323.254.503,00	325.198.079,00	338.088.557,93	308.391.879,33	291.292.233,92	-12.890.478,93
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	323.254.503,00	325.198.079,00	338.088.557,93	308.391.879,33	291.292.233,92	-12.890.478,93
TOTAL	323.254.503,00	325.198.079,00	338.088.557,93	308.391.879,33	291.292.233,92	-12.890.478,93



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/01/2022 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26352 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.724.738,96	15.900.777,16	15.338.564,45	15.250.608,15	1.021.948,18	2.352.959,79
Pessoal e Encargos Sociais	-	57.485,95	-	-	57.485,95	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.724.738,96	15.843.291,21	15.338.564,45	15.250.608,15	964.462,23	2.352.959,79
DESPESAS DE CAPITAL	13.738.612,57	25.246.545,04	12.397.330,76	11.939.917,35	138.104,03	26.907.136,23
Investimentos	13.738.612,57	25.246.545,04	12.397.330,76	11.939.917,35	138.104,03	26.907.136,23
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	16.463.351,53	41.147.322,20	27.735.895,21	27.190.525,50	1.160.052,21	29.260.096,02

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	63.559,71	16.158.077,59	15.882.712,67	42.400,00	296.524,63
Pessoal e Encargos Sociais	-	14.725.529,94	14.725.529,94	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	63.559,71	1.432.547,65	1.157.182,73	42.400,00	296.524,63
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	63.559,71	16.158.077,59	15.882.712,67	42.400,00	296.524,63



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26352 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	754.239,92	868.008,79	Despesas Orçamentárias	338.088.557,93	333.264.392,28
Ordinárias	-	-	Ordinárias	326.774.306,09	158.171.595,60
Vinculadas	801.926,75	872.710,86	Vinculadas	11.314.251,84	175.092.796,68
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	3.136.658,65	140.195.947,24
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	801.926,75	872.710,86	Seguridade Social (Exceto Previdência)	4.110.019,96	1.519.309,34
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-47.686,83	-4.702,07	Previdência Social (RPPS)	1.492.685,00	2.208.879,00
			Dívida Pública	-	24.681.305,31
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.574.888,23	6.487.355,79
Transferências Financeiras Recebidas	334.671.197,58	315.651.451,16	Transferências Financeiras Concedidas	247.484,01	12.485,75
Resultantes da Execução Orçamentária	304.760.931,84	292.317.758,00	Resultantes da Execução Orçamentária	93.379,62	-
Repasse Recebido	304.760.931,84	292.317.758,00	Repasse Concedido	93.379,62	-
Independentes da Execução Orçamentária	29.910.265,74	23.333.693,16	Independentes da Execução Orçamentária	154.104,39	12.485,75
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	28.517.734,50	21.179.867,06	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	26.599,40	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.392.531,24	2.153.826,10	Demais Transferências Concedidas	24.272,38	-
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	103.232,61	12.485,75
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	47.156.995,52	57.110.617,22	Pagamentos Extraorçamentários	43.402.866,82	42.028.308,29
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	17.099.645,41	15.916.106,82	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	15.882.712,67	16.288.201,51
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	29.696.678,60	41.147.322,20	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	27.190.525,50	25.704.526,21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	329.628,65	34.702,45	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	329.628,65	34.702,45
Outros Recebimentos Extraorçamentários	31.042,86	12.485,75	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	878,12
Arrecadação de Outra Unidade	31.042,86	12.485,75	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	878,12
Saldo do Exercício Anterior	17.526.221,70	19.201.330,85	Saldo para o Exercício Seguinte	18.369.745,96	17.526.221,70
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.526.221,70	19.201.330,85	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.369.745,96	17.526.221,70
TOTAL	400.108.654,72	392.831.408,02	TOTAL	400.108.654,72	392.831.408,02



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSION 14/01/2022	PÁGINA 1
------------------------	-------------

SUBTÍTULO	26352 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	14.394.066,26	5.280.932,48
INGRESSOS	335.786.109,01	316.566.648,15
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	38.343,77	225.613,46
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	653.447,13	561.195,42
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	62.449,02	81.199,91
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	335.031.869,09	315.698.639,36
Ingressos Extraorçamentários	329.628,65	34.702,45
Transferências Financeiras Recebidas	334.671.197,58	315.651.451,16
Arrecadação de Outra Unidade	31.042,86	12.485,75
DESEMBOLSOS	-321.392.042,75	-311.285.715,67
Pessoal e Demais Despesas	-271.987.990,91	-264.753.563,22
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-47.239,81	-516.487,81
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-664.157,86	-20.262,23
Previdência Social	-4.351.849,01	-3.914.370,51
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-266.924.744,23	-259.865.124,55
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-436.440,00
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 14/01/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26352 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-878,12
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-48.826.939,18	-46.484.964,25
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-48.722.527,34	-46.384.289,21
Outras Transferências Concedidas	-104.411,84	-100.675,04
Outros Desembolsos Operacionais	-577.112,66	-47.188,20
Dispêndios Extraorçamentários	-329.628,65	-34.702,45
Transferências Financeiras Concedidas	-247.484,01	-12.485,75
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-13.550.542,00	-6.956.041,63
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-13.550.542,00	-6.956.041,63
Aquisição de Ativo Não Circulante	-12.749.212,24	-6.590.535,65
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-801.329,76	-365.505,98
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	843.524,26	-1.675.109,15
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	17.526.221,70	19.201.330,85
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	18.369.745,96	17.526.221,70



NOTAS EXPLICATIVAS – 4º TRIMESTRE DE 2021

Santo André, 28 de janeiro de 2022.

Assunto: Balanço Patrimonial

Imobilizado

Em 31/12/2021 a UFABC apresentou o montante de R\$830.579.851,50 referentes ao seu imobilizado.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição (R\$)

	31/12/2021	31/12/2020	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	226.801.853,55	220.982.336,04	2,63
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum.	(1.712.481,78)	(1.599.015,31)	7,10
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	605.490.479,73	596.955.950,30	1,43
Total	830.579.851,50	816.339.271,03	1,74

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

Bens Móveis

Os bens móveis da UFABC, em 31/12/2021, totalizavam R\$226.801.853,55, distribuídos nas seguintes contas contábeis:

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição (R\$)

	31/12/2021	31/12/2020	AV(%)	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equip. e Ferram.	120.420.534,04	119.540.868,02	53,10	0,74
Bens de Informática	59.322.327,11	57.184.853,28	26,16	3,74
Móveis e Utensílios	24.335.464,49	24.001.470,97	10,73	1,39
Mat. Cultural, Educacional e Comunic.	12.429.040,33	12.328.834,23	5,48	0,81
Veículos	3.126.849,21	3.073.388,21	1,38	1,74
Bens Móveis em Andamento	5.841.962,23	3.634.405,19	2,58	60,74
Demais Bens Móveis	1.325.676,14	1.218.516,14	0,58	8,79
Total	226.801.853,55	220.982.336,04	100	2,63

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

Houve pouca variação de bens móveis em 2021, considerando que muitas aquisições foram adiadas em decorrência da pandemia de Covid19.

Na Tabela 02, dos bens móveis registrados na UFABC, 53,10% refere-se a “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, melhor detalhados na Tabela 03, abaixo:

Tabela 03 – Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas (R\$)

	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Aparelhos de Medição e Orientação	10.991.818,33	10.978.789,27	0,12	9,13
Aparelhos e Equip. de Comunicação	4.066.109,12	4.066.109,12	0,00	3,38
Equip.Utens.Médicos,Odont,Labor.Hosp.	94.497.477,57	94.116.845,60	0,40	78,47
Apar.e Equip. p/ Esportes e Diversões	264.862,84	264.862,84	0,00	0,22
Equip. de Proteção, Segurança e Socorro	2.189.466,16	2.140.629,25	2,28	1,82
Maquinas e Equipamentos Industriais	251.147,34	251.147,34	0,00	0,21
Maquinas e Equipamentos Energéticos	3.784.227,25	3.759.164,37	0,67	3,14
Maquinas e Equipamentos Gráficos	15.980,00	15.980,00	0,00	0,01
Máquinas, Ferram. e Utensílios de Oficina	2.093.286,74	2.090.136,74	0,15	1,74
Equip Peças e Acessórios Aeronáuticos	17.700,00	0,00	N/A	0,01
Máq. e Utens, Agropecuário/Rodoviário	2.321,63	2.321,63	0,00	0,00
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	58.105,18	58.105,18	0,00	0,05
Equip.Mat. Perm. Vinculados a Convênios	542.023,88	159.523,88	239,78	0,45
Máquinas, Utensílios e Equip. Diversos	1.646.008,00	1.637.252,80	0,53	1,37
Total	120.420.534,04	119.540.868,02	0,74	100

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

A conta “Equip./Utensílios Médicos, Odont., Laboratoriais e Hosp.”, informada na Tabela 03, contém 78,47% do montante total. Considerando que a pesquisa é um dos pilares da UFABC e que esta tem como uma de suas diretrizes a formação de pesquisadores, essa conta tem grande importância, pois nela são lançados os bens e equipamentos dos laboratórios de pesquisa da universidade.

Ainda na Tabela 03, a conta “Equipamentos e Materiais Permanentes Vinculados a Convênios”, apresenta 239,78% de variação em relação a 2020. Referida variação é resultado do aumento de projetos vinculados a convênios que tem em seu escopo a aquisição de bens permanentes, os quais serão reclassificados para as devidas contas patrimoniais após a finalização desses convênios.

Bens Imóveis

Em 31/12/2021 os bens imóveis da UFABC totalizam o montante de R\$605.490.479,73, distribuídos conforme detalhado na Tabela 04.

Tabela 04 – Bens Imóveis – Composição (R\$)

	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Bens de Uso Especial	79.477.668,72	79.477.668,72	0,00	13,13
Bens Imóveis em Andamento	510.449.498,52	501.914.969,09	1,70	84,30
Instalações	15.563.312,49	15.563.312,49	0,00	2,57
Total	605.490.479,73	596.955.950,30	1,43	100

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

Considerando que a UFABC possui obras em andamento ou entregues recentemente, o item “Bens Imóveis em Andamento” acumula o maior montante da Tabela 04, representando 84,30% dos bens imóveis da UFABC.

O item “Bens de Uso Especial” são, em sua totalidade, os terrenos onde estão sendo construídos os campi da UFABC, devidamente cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet.

Bens Intangíveis

Em 31/12/2021 a UFABC apresentou o saldo de R\$5.135.863,41 relacionados aos seus bens intangíveis, conforme demonstrado na Tabela 05.

Tabela 05 – Bens Intangíveis – Composição (R\$)

	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	5.086.491,52	5.090.261,81	-0,07
Software com Vida Útil Indefinida	49.121,89	49.121,89	0,00
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	250,00	250,00	0,00
Total	5.135.863,41	5.139.633,70	-0,07

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

A UFABC está trabalhando para verificar e adequar todos os seus bens (imobilizado e intangível), tratando conta por conta dos bens móveis e sanando as diferenças entre o controle contábil e o controle físico. Em paralelo, realizamos o levantamento dos softwares e ajustamos os valores do intangível, além de trabalhar em conjunto com a Prefeitura Universitária e a Superintendência de Obras para verificar a liberação e escrituração dos prédios que estão em fase final de construção.

Fornecedores, Contas a Pagar e Obrigações Contratuais.

Devido às correntes mudanças nos procedimentos de pagamento no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, nos últimos anos e evitando refazer lançamentos no exercício seguinte, a UFABC decidiu não apropriar notas fiscais com vencimento posterior ao dia 21/12/2021.

Em 31/12/2021 a UFABC apresentou saldo em aberto de R\$736.202,69 relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo essas obrigações, na sua totalidade, de curto prazo com fornecedores nacionais e/ou com as quais existem pendências que impedem a realização do seu pagamento. Na Tabela 06 apresenta-se a relação de fornecedores com pendências e o saldo correspondente.

Tabela 06 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor (R\$)

Fornecedor	31/12/2021	AV (%)
MPD ENGENHARIA LTDA.	454.967,52	61,80
SALUTAR ALIMENTACAO E SERVICOS	94.506,17	12,84
DUNBAR SERVICOS DE SEGURANCA	85.743,20	11,65
RB COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI	67670,09	9,19
GUILHERME HENRIQUE DE SOUZA	14.916,76	2,03
FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	12.918,95	1,75
MINER SERVICE LTDA	4.539,40	0,62
PAOLO MALORGIO STUDIO LTDA	515,60	0,07
PERSHY CHEMICALS INDUSTRIA	300,00	0,04
DANPIE - COMERCIO DE PRODUTOS	125,00	0,02
Total	736.202,69	100

Fonte: SIAFI 2021.

Em 31/12/2021 a UFABC possuía um saldo de R\$91.094.055,04 relacionados às obrigações contratuais e às parcelas de contratos que serão executadas nos próximos exercícios, conforme demonstrado na Tabela 07.

Tabela 07 – Obrigações Contratuais – Composição (R\$)

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Fornecimento de Bens	273.778,98	345.002,08	-20,64	0,30
Seguros	66.918,85	33.643,41	98,91	0,07
Serviços	90.753.357,21	97.910.558,25	-7,31	99,63
Total	91.094.055,04	98.289.203,74	-7,32	100

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

As obrigações contratuais relacionadas ao item “Seguros” tiveram aumento significativo de 98,91% devido ao início de novos seguros.

As obrigações contratuais relacionadas ao item “Serviços” representam mais de 99,63% do total das obrigações assumidas pela UFABC. Na Tabela 08 relacionam-se os nove contratos mais representativos e o saldo a executar na data base 31/12/2021.

Tabela 08 – Obrigações Contratuais – Por Contratado (R\$)

Fornecedor	31/12/2021	AV (%)
MPD ENGENHARIA LTDA.	36.276.959,22	39,82
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	11.132.966,37	12,22
GERIBELLO ENGENHARIA LTDA	6.096.420,68	6,69
MPE ENGENHARIA E SERVICOS S/A	5.947.764,03	6,53
CONSTRUTORA HUDSON LTDA.	5.603.981,28	6,15
TUV RHEINLAND SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA	4.817.293,94	5,29
JP GRANDINO EIRELI	3.065.494,55	3,37
TICKET SOLUCOES HDFGT S/A	2.001.843,40	2,20
FORCA E APOIO SEGURANCA PRIVADA LTDA	1.869.741,86	2,05
Demais Contratos	14.281.589,69	15,68
Total	91.094.055,02	100,00

Fonte: SIAFI 2021.

A empresa MPD Engenharia detém 39,82% das obrigações contratuais, sendo essa parcela coerente com o ramo de atividade da empresa e a

natureza dos contratos celebrados com esta Universidade, que tratam de obras em andamento de construção e adequação dos campi da UFABC.

Assunto: Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias

Devido à pandemia, as arrecadações do ano de 2021 da Universidade recuaram 13,11% comparado ao ano de 2020, sendo o valor total arrecadado de R\$754.239,92.

Se somarmos a diminuição da arrecadação do ano de 2020 com a diminuição de 2021, tivemos uma redução de 59,53% do total das receitas da UFABC comparando com o exercício de 2019. Essa diminuição é claramente afetada pela suspensão das atividades presenciais nos exercícios de 2020 e 2021.

As receitas arrecadadas pela UFABC em 2021 somam o montante de R\$754.239,92, a, conforme tabela 09.

Tabela 09 – Receitas Arrecadadas – Composição (R\$)

	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Receita Patrimonial	38.343,77	225.613,46	-83,00	5,08
Receita de Serviços	653.447,13	561.195,42	16,44	86,64
Outras Receitas Correntes	62.449,02	81.199,91	-23,09	8,28
Total	754.239,92	868.008,79	-13,11	100

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

O item “Receita Patrimonial” registrou baixa expressiva de 83,00% em comparação a 2020, decorrente da suspensão das atividades presenciais e consequente suspensão de contratos de concessão de uso de área.

A Tabela 10, abaixo, detalha a “Receita de Serviços” por tipo de serviço, que representa 86,64% das receitas arrecadadas pela UFABC em 2021.

Tabela 10 – Receita de Serviços (R\$)

Tipo de Arrecadação	31/12/2021	AV(%)
Serviços Administrativos	26.400,00	4,04
Serviço de Estudos e Pesquisas	260.946,70	39,93
Outros Serviços	86.498,43	13,24
Taxa de Inscrição em Concurso Público	20.337,00	3,11
Taxa de Registro de Diplomas	259.265,00	39,68
Total	653.447,13	100

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

Despesas Orçamentárias

A Dotação atualizada da UFABC em 2021 foi de R\$325.198.079,00 e recebemos a liberação de mais R\$16.803.159,72 através de descentralizações, conforme detalhado na Tabela 11.

Tabela 11 – Descentralização por UG Descentralizadora (R\$)

Código	Unidade Gestora	31/12/2021
152734	COORD-GERAL DE SUP. A GESTÃO ORCAMENT/SPO/MEC	4.300.000,00
153031	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	9.309.488,75
154003	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	867.633,36
154043	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	928,31
240901	FUNDO NAC.DE DESENV. CIENT. E TECNOLOGICO	1.723.264,36
550010	SECRETARIA DE AVALIACAO E GESTAO DA INFORM.	601.844,94
Total		16.803.159,72

Fonte: SIAFI 2021.

Recebemos recursos oriundos da Medida Provisória nº. 942, de 02 de abril de 2020, transformada na Lei nº 14.033, de agosto de 2020, referente à ação de enfrentamento da emergência de saúde pública da pandemia de Covid-19, no valor de R\$488.171,00. Esse recurso foi totalmente empenhado em pesquisas e ações diretas no controle da pandemia no exercício de 2020, porém, alguns valores foram inscritos em restos a pagar não processados em 2021 para prosseguir com sua execução, sendo que o saldo não executado foi cancelado automaticamente, conforme demonstra a Tabela 12.

Tabela 12 – Empenhos de Recursos da Medida Provisória nº 942/2020 (R\$)

Processo	Empenho	Valor Inscrito em RPNP	Liquidado / Pago	Saldo Cancelado
23006.002369/2020-99	2020NE000492	3.600,62	3.600,62	-
23006.002296/2020-09	2020NE400051	1.600,00	-	1.600,00
23006.002400/2020-57	2020NE800119	328,40	-	328,40
23006.002400/2020-57	2020NE800120	80,00	-	80,00
23006.004082/2020-69	2020NE800489	1.905,69	1.901,52	4,17
TOTAL		7.514,71	5.502,14	2.012,57

Execução de Restos a Pagar

Analisando a composição dos restos a pagar não processados da UFABC, conforme Tabela 13, verifica-se que no início de 2021 apresentava o montante de R\$57.610.673,73, sendo resolvidos 49,21% dos restos a pagar não processados durante o exercício. Destaca-se que desse percentual, apenas 2,01% foram cancelados, sendo que para 47,20% foram realizados os pagamentos devidos.

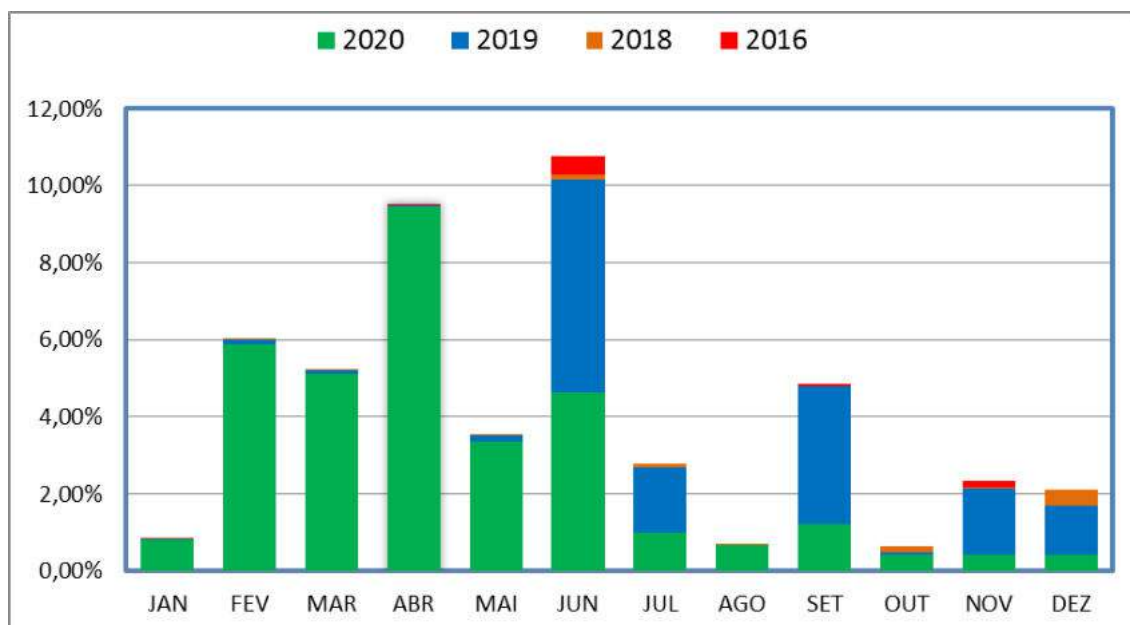
Tabela 13 – Restos a Pagar – Execução (R\$)

Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2021	Pagamento	Cancelamento	Saldo em 31/12/2021	Resolução
2020	41.147.322,20	18.727.422,66	475.115,74	21.944.783,80	46,67%
2019	15.159.914,44	7.758.303,11	482.873,67	6.918.737,66	54,36%
2018	719.405,68	313.112,28	202.062,80	204.230,60	71,61%
2016	584.031,41	391.687,45	-	192.343,96	67,07%
Total	57.610.673,73	27.190.525,50	1.160.052,21	29.260.096,02	49,21%

Fonte: SIAFI 2021.

Ao longo de 2021 a CGFC analisou os empenhos inscritos em restos a pagar não processados e, junto com as respectivas áreas demandantes, realizou a execução ou o devido cancelamento. No Gráfico 01 podemos ver a evolução desse trabalho, sendo que nos meses de abril e junho obtivemos os melhores resultados. Para melhor ilustração, a informação foi separada por ano de inscrição dos restos a pagar não processados.

Gráfico 01 – Resolução dos Restos a Pagar Não Processados



O Decreto nº 9.428/2018 definiu, em resumo, o dia 31 de dezembro de cada ano como sendo o prazo final para execução dos empenhos reinscritos em restos a pagar não processados antes do cancelamento automático. Assim, em 31 de dezembro de 2021 os empenhos inscritos em restos a pagar não processados que foram emitidos até 2018 e que ainda possuíam saldo, foram cancelados automaticamente.

Os saldos restantes referentes aos exercícios de 2016 e 2018 apresentados, na Tabela 13, tratam de despesas liquidadas e não pagas até o final do exercício de 2021, que foram transformados em restos a pagar processados no exercício de 2022.

Mesmo com o esforço realizado pela Divisão de Contabilidade para solução desses empenhos, alguns foram cancelados automaticamente no dia 31 de dezembro de 2021, conforme discriminado na Tabela 14.

Tabela 14 – Restos a Pagar – Cancelados Automaticamente (R\$)

Processo	Fornecedor	Empenho	Valor Cancelado
23006000552201477	GERIBELLO ENGENHARIA	2018NE800092	66.894,47
23006002296202009	UFABC	2020NE400051	1.600,00
23006002400202057	LABSYNTH PRODUTOS LAB.	2020NE800119	328,40
23006002400202057	EXODO CIENTIFICA QUIMICA	2020NE800120	80,00
23006004082202069	MULTI SOLUÇÕES INTEGR.	2020NE800489	4,17
Total			68.907,04

Fonte: SIAFI 2021.

Os saldos de restos a pagar não processados de 2021 têm em sua composição parcela maior de empenhos de investimentos, representando 91,96% do total, sendo que 91,23% dos valores a serem reinscritos em 2021 referem-se às obras em andamento na UFABC, conforme Tabela 15. Isso ocorre porque a UFABC está em fase de ampliação dos campi e possui obras em andamento que foram contratadas em anos anteriores.

Tabela 15 – Restos a Pagar Não Processados Reinscritos – Composição (R\$)

Elemento da Despesa	RPNP a Liquidar	AV(%)
Outros Benefícios	10.097,00	0,03%
Auxílio Financeiro a Estudantes	114.154,16	0,39%
Material de Consumo	211.448,78	0,72%
Passagens e Despesas de Locomoção	219.867,48	0,75%
Locação de Mão de Obra	32.530,89	0,11%
Serviços – Pessoa Jurídica – IPSFL	2.459,63	0,01%
Serviços – Pessoa Jurídica – Internacional	20.076,71	0,07%
Serviços – Pessoa Jurídica	1.636.562,64	5,59%
Serviços – Pessoa Jurídica – TIC	93.914,04	0,32%
Serviços – Pessoa Jurídica – IntraSIAFI	2.002,00	0,01%
Despesas de Exercícios Anteriores	239,84	0,00%
Obrigações Tributárias – IntraSIAFI	9.606,62	0,03%
Subtotal de Custeio	2.352.959,79	8,04%
Serviços – Pessoa Jurídica	73.889,16	0,25%
Serviços – Pessoa Jurídica – TIC	99.224,18	0,34%
Obras e Instalações	26.692.675,61	91,23%
Equipamentos e Material Permanente	41.347,28	0,14%
Subtotal de Investimento	26.907.136,23	91,96%
Total	29.260.096,02	100%

Fonte: SIAFI 2021.

Assunto: Balanço Financeiro

Analisando o Balanço Financeiro verificamos que há valor significativo na conta “Inscrição dos Restos a Pagar Processados”. Isso se dá por causa da contabilização da folha de pagamento dos servidores da UFABC em dezembro, para quitação no início do próximo ano.

No Gráfico 02 foram considerados apenas os valores utilizados no pagamento das despesas correntes e investimentos, excetuando os valores relacionados a despesas de pessoal da UFABC.

Nele podemos identificar que os recursos financeiros repassados mensalmente para a UFABC tiveram os pagamentos efetuados de forma contínua ao longo do exercício de 2021, com algumas oscilações nos últimos meses.

Assim, foi possível finalizar o exercício de 2021 com poucos pagamentos pendentes e uma parcela inexpressiva de recursos financeiros disponíveis, conforme pode ser observado na análise do Gráfico 02.

Gráfico 02 – Liberação e Utilização de Recursos Financeiros (R\$ 1.000.000,00)



Fonte: CGFC - Divisão de Administração Financeira.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Os “Ingressos” corresponderam a mais de R\$335 milhões no exercício de 2021, dos quais 99,67% foram de “Transferências Financeiras Recebidas” dos Órgãos Superiores.

Os “Desembolsos” corresponderam a mais de R\$321 milhões no exercício de 2021, dos quais 84,63% foram relativos às despesas com “Pessoal e Demais Despesas”.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Os desembolsos com aquisição de “Ativos Não Circulantes” tiveram aumento de 100,00% em comparação a 2020, reflexo da retomada gradual das atividades das obras de construção dos Campi em 2021.

ROBSON MORENO PIVA
Contador Responsável da UFABC
CRC nº SP-211218/O-3

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

A Coordenação de Gestão Financeira e Contábil (CGFC) compõe a estrutura da Pró-Reitoria de Administração (ProAd) da Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC), e exerce a competência de órgão setorial de contabilidade da instituição.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas da UFABC.

A conformidade das demonstrações contábeis é realizada pela CGFC de acordo com os procedimentos descritos no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), visando assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI, sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis da UFABC são as seguintes:

1. Balanço Patrimonial: demonstração contábil com natureza de informação de controle, que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais que são registrados em contas de compensação;

2. Balanço Orçamentário: demonstrativo contábil das receitas previstas e das despesas fixadas no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em confronto com as receitas e despesas realizadas, evidenciando, ainda, as diferenças entre elas;

3. Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa: demonstrativo contábil de ingressos e dispêndios (entradas e saídas) de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, além do saldo de disponibilidades do exercício anterior e do exercício-base;

4. Demonstração das Variações Patrimoniais: evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício.

Essas demonstrações foram elaboradas através das informações registradas no SIAFI, observando as normas contábeis vigentes no Brasil, tais como a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Norma Brasileira de Contabilidade CFC/NBC – TSP nº 11, de 18 de outubro de 2018, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Avanços

No exercício de 2021, a CGFC trabalhou em modo remoto devido à pandemia de Covid-19, dando continuidade ao fluxo alternativo criado em 2020 para movimentação e controle de documentos de forma digital para melhor e mais rápida comunicação entre os setores da CGFC.

Paralelamente, trabalhou-se junto com a Comissão de Implantação do Sistema Integrado de Gestão (CSIG) e a Divisão de Arquivo e Protocolo (DAEP), para a criação e formação de um fluxo de processo de pagamento digital no SIG para as contratações que serão pagas por meio de notas fiscais. Referido fluxo foi validado, testado e homologado para ser utilizado em todas as aquisições e contratações da UFABC, utilizando-se desse novo formato a partir de 15 de março. Também foi utilizado o SIG remoto, ambiente virtual temporário disponibilizado de forma emergencial para atender às necessidades decorrentes da pandemia de Covid-19, na realização dos pagamentos de auxílios aos alunos,

possibilitando toda a análise documental e o efetivo pagamento na condição de trabalho remoto.

Ressalvas

Com a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas presenciais e os reflexos da pandemia, os servidores da CGFC continuaram desempenhando suas atividades em formato remoto.

Devido à complexidade das atividades, das particularidades de cada indivíduo e de algumas deficiências técnicas para conclusão de procedimentos específicos, alguns processos de trabalho necessitam de melhorias, conforme discriminado abaixo:

a) Os saldos das contas do controle físico dos bens permanentes, em desacordo com os valores contabilizados no SIAFI estão sendo objeto de análise e acompanhamento;

b) O lançamento da depreciação de bens permanentes está incompleto, uma vez que os saldos das contas do controle físico estão em desacordo com os valores contabilizados;



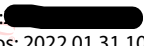
c) O lançamento da amortização do ativo intangível não foi realizado devido à apuração dos valores contabilizados em relação ao controle dos softwares adquiridos;

d) Não realização de inventário físico em 2021 em virtude da suspensão das atividades presenciais decorrente da pandemia de Covid-19.

Declaração

Considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes nas Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração das Variações Patrimoniais, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Contabilidade e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2021 refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UFABC, exceto no tocante às ressalvas apontadas.

Santo André, 25 de janeiro de 2022.

ROBSON MORENO  Assinado de forma digital por
ROBSON MORENO
PIVA:  PIVA: 
Dados: 2022.01.31 10:13:32 -03'00'

ROBSON MORENO PIVA
Contador Responsável da UFABC
CRC nº SP-211218/O-3